

**EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR (AL)**

Sumário

1.	DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	1
2.	INSCRIÇÃO NO CONCURSO.	3
3.	ESTRUTURA DA PROVA OBJETIVA.	7
4.	ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS.....	9
5.	ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO DE APTIDÃO DOCENTE.	10
6.	CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.....	12
7.	NOMEAÇÃO, POSSE E ESTÁGIO PROBATÓRIO.....	14
8.	DISPOSIÇÕES FINAIS.	15
	ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.....	16
	ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	25
	ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO.....	41

ATUALIZAÇÕES NESTE EDITAL

23/01/2026	Atualização da remuneração do cargo de PROFESSOR DE ARTES.
03/02/2026	Atualização do ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO, com nova data para recuso sobre pedido de isenção e resultado da impugnação do edital.
23/02/2026	Alteração do padrão de cores aplicado ao sombreamento dos títulos constantes nos Anexos I e II, visando à padronização visual e ao aprimoramento da apresentação do documento.
25/02/2026	Retificação no título do Edital, com a correção do ano de 2025 para 2026, a fim de adequação formal.
26/02/2026	Atualização do ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO, com a reabertura das inscrições e prorrogação do prazo de emissão do boleto.
16/04/2026	Atualização do item 3.3.1.3, com a inclusão de disposições específicas destinadas à regulamentação das situações envolvendo candidatos que possuam mais de uma inscrição confirmada.
17/04/2026	Atualização do ANEXO III – Cronograma de Execução Previsto, com a prorrogação das datas da etapa de heteroidentificação e etapa de títulos e a inclusão do item 2.4.2, que estabelece o quantitativo de participantes a serem convocados para o procedimento de heteroidentificação.
26/06/2026	Atualização no ANEXO III – Cronograma de execução previsto, com a prorrogação da data estipulada para a publicação do gabarito definitivo da prova objetiva, bem como para a divulgação do resultado do julgamento dos recursos interpostos.
18/08/2026	Atualização no ANEXO III – Cronograma de execução previsto, com o detalhamento do evento de publicação da lista de candidatos habilitados para a etapa de avaliação de títulos.
27/08/2026	Atualização do ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO, com alteração da data de realização do procedimento de heteroidentificação, bem como a atualização da data de publicação da lista de candidatos habilitados para a avaliação de títulos.
31/08/2026	Atualização do ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO, com a ampliação do período destinado à realização do procedimento de heteroidentificação, bem como a alteração das respectivas datas de divulgação dos resultados preliminar e definitivo e do prazo para interposição de recursos. Atualiza-se, ainda, a data prevista para a publicação da relação dos candidatos habilitados para a etapa de avaliação de títulos.
03/09/2026	Atualização do Capítulo 4, item 4.1.1, com ajuste nos critérios de convocação para a etapa de Avaliação de Títulos.
08/09/2026	Atualização do ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO, com a prorrogação dos prazos referentes à etapa de heteroidentificação.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS.

1.1. O Município de Pão de Açúcar, por meio da Prefeitura Municipal, torna público o presente Edital do Concurso Público para o provimento de **123 (cento e vinte e três) vagas**, distribuídas em **31 (trinta e um) cargos efetivos**, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, respeitados os quantitativos descritos a seguir:

1.1.1. Vagas em cargos de Nível Superior:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	VENCIMENTO BASE	CARGA HORÁRIA	AC	PCD	PPIQ	TOTAL
ANALISTA DE SISTEMA	R\$ 2.400,00	40 horas semanais	1	-	-	1
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 2.311,20	30 horas semanais	1	-	-	1
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	R\$ 2.311,20	30 horas semanais	2	-	-	2
BIÓLOGO	R\$ 2.000,00	30 horas semanais	1	-	-	1

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	VENCIMENTO BASE	CARGA HORÁRIA	AC	PCD	PPIQ	TOTAL
FISCAL DE TRIBUTOS	R\$ 1.770,92	40 horas semanais	2	-	-	2
INSPETOR ESCOLAR	R\$ 1.800,00	25 horas semanais	2	-	-	2
INTÉRPRETE DE LIBRAS	R\$ 1.964,02	20 horas semanais	1	-	-	1
MÉDICO PSF	R\$ 2.400,00	40 horas semanais	2	-	1	3
NUTRICIONISTA EDUCACIONAL	R\$ 2.400,00	30 horas semanais	1	-	-	1
PROFESSOR DE ARTES	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	1	-	-	1
PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO	R\$ 3.042,36	25 horas semanais	3	1	1	5
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	2	-	1	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	2	-	1	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO 1º AO 5º ANO	R\$ 3.042,36	25 horas semanais	24	2	14	40
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	2	-	1	3
PROFESSOR DE HISTÓRIA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	2	-	1	3
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	2	-	-	2
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	3	-	1	4
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	R\$ 2.433,88	20 horas semanais	3	1	1	5
PSICÓLOGO	R\$ 1.799,98	30 horas semanais	1	-	-	1
PSICÓLOGO EDUCACIONAL	R\$ 1.799,98	30 horas semanais	2	-	1	3
PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL	R\$ 2.316,10	30 horas semanais	2	-	-	2
ZOOTECNISTA	R\$ 2.000,00	30 horas semanais	1	-	-	1
TOTAL	-	-	63	4	23	90

1.1.2. Vagas em cargos de Níveis Médio e Técnico:

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO OU TÉCNICO	VENCIMENTO BASE	CARGA HORÁRIA	AC	PCD	PPIQ	TOTAL
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.621,00	40 horas semanais	5	1	2	8
AUXILIAR DE SALA	R\$ 1.621,00	40 horas semanais	6	1	3	10
FISCAL DE OBRAS	R\$ 1.621,00	40 horas semanais	2	-	-	2
SECRETÁRIO ESCOLAR	R\$ 1.621,00	30 horas semanais	3	1	1	5
TÉCNICO AGRÍCOLA/AGROPECUÁRIO	R\$ 1.621,00	30 horas semanais	2	-	-	2
TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	R\$ 1.621,00	30 horas semanais	1	-	-	1
TÉCNICO EM ESTRADAS	R\$ 1.621,00	40 horas semanais	1	-	-	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	R\$ 1.621,00	40 horas semanais	3	-	1	4
TOTAL	-	-	23	3	7	33

1.2. O concurso público será realizado em etapas, conforme especificado neste edital, no Anexo III na tabela abaixo:

ETAPA	CARÁTER	CARGOS
Prova objetiva com 60 questões de 5 alternativas	Eliminatório e classificatório	Todos os cargos
Avaliação de aptidão docente	Eliminatório e classificatório	Cargos de Professor
Avaliação de títulos	Classificatório	Cargos de Nível Superior

1.3. O concurso público será regido pela legislação vigente, pelo contrato administrativo firmado com a banca organizadora e pelas normas estabelecidas neste Edital.

- 1.4. A execução de todas as etapas do concurso ficará a cargo do Instituto Igeduc (CNPJ nº 23.418.768/0001-85), que disponibilizará o e-mail concursos@igeduc.org.br como canal oficial de comunicação com os candidatos.
- 1.5. A fiscalização e o acompanhamento do certame serão realizados pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, instituída por Portaria Municipal específica, à qual compete também deliberar sobre situações não previstas neste Edital.
- 1.6. É vedado à Comissão de Fiscalização, bem como a servidores do Município, o acesso prévio ou privilegiado a provas, gabaritos, questões ou quaisquer informações sigilosas do concurso.
- 1.7. O concurso terá validade de 02 (dois) anos, contados a partir da homologação do resultado definitivo, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar.
- 1.8. Compete à Prefeitura Municipal a homologação do resultado definitivo, a convocação dos aprovados e a verificação dos requisitos para posse.
- 1.9. O cronograma, as normas do concurso e este edital poderão ser alterados ou retificados pelo Instituto Igeduc, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e o interesse público, sendo discriminado no início deste edital as alterações realizadas.
- 1.10. Todas as informações, comunicados, resultados e convocações referentes ao concurso serão divulgados exclusivamente no site oficial e na Área do Candidato do Instituto Igeduc.
- 1.11. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar regularmente as publicações oficiais, não cabendo alegação de desconhecimento.
- 1.12. O candidato deverá cumprir integralmente as disposições deste Edital, observar as orientações da banca organizadora, agir com urbanidade e boa-fé e abster-se de qualquer conduta fraudulenta.
- 1.13. Será obrigatória a apresentação de documento oficial de identificação com foto em todas as etapas do concurso, sob pena de eliminação.
- 1.14. O Instituto Igeduc poderá realizar registros fotográficos, gravações e procedimentos de segurança, incluindo inspeção visual, verificação de objetos pessoais e detecção de metais, visando garantir a lisura e a transparência do certame.
- 1.15. A denominação dos cargos, os requisitos, as atribuições e o quantitativo de vagas constam nos anexos deste Edital.
- 1.16. A reserva mínima para candidatos PCD (**vagas “PCD”**) será de 5% (cinco por cento) das vagas por cargo, considerando-se a 5ª vaga como destinada prioritariamente a **candidatos PCD**, quando houver. Assim, a ordem de provimento das vagas de PCD, na posse, obedecerá a seguinte ordem: 5ª, 21ª, 41ª, 61ª etc.
- 1.17. Nos termos do art. 1º da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, fica assegurada às pessoas **pretas e pardas, indígenas e quilombolas** a reserva de 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas no presente concurso público (**vagas “PPIQ”**), observadas as demais disposições legais e editalícias aplicáveis. Serão reservadas aos PPIQs as seguintes vagas: 3ª, 6ª, 9ª, 12ª, 15ª, 18ª etc.
- 1.17.1. Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos: Anexo I – Requisitos e Atribuições dos Cargos; Anexo II – Conteúdo Programático; Anexo III – Cronograma de Execução Previsto.

2. INSCRIÇÃO NO CONCURSO.

2.1. Disposições Gerais:

2.1.1. A inscrição no concurso público será realizada exclusivamente pela internet, por meio do formulário de inscrição disponível na Área do Candidato do Instituto Igeduc, no endereço eletrônico oficial do certame (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129>).

2.1.2. O valor da taxa de inscrição é o estabelecido conforme tabela abaixo:

CARGOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Cargos de Nível Médio e Técnico	R\$ 125,00
Cargos de Nível Superior e Professores	R\$ 150,00

2.1.3. No ato da inscrição, o candidato deverá:

2.1.3.1. Preencher corretamente todos os dados solicitados;

2.1.3.2. Selecionar o cargo pretendido;

2.1.3.3. Anexar foto recente, para fins de identificação e segurança do certame.

2.1.4. As provas e as demais etapas do certame serão realizadas, preferencialmente, no Município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas, podendo, excepcionalmente, ser realizadas em municípios limítrofes ou próximos, caso, mediante avaliação técnica do Instituto IGEDUC, reste constatada a insuficiência de locais adequados no referido município para a sua regular execução.

2.1.5. O candidato é integralmente responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes de dados incorretos, incompletos ou desatualizados.

2.1.6. Não será admitida inscrição condicional, extemporânea ou realizada por meio diverso do previsto neste Edital.

2.1.7. Com a efetivação da inscrição, o candidato declara ciência e aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital.

2.1.8. O Instituto Igeduc não se responsabiliza por inscrições não recebidas em razão de falhas técnicas de responsabilidade do candidato, tais como problemas de conexão, equipamentos, navegadores ou congestionamento de rede.

2.1.9. Pagamento da Taxa e Confirmação da Inscrição:

2.1.9.1. Após o preenchimento do formulário de inscrição, será disponibilizado boleto bancário, com opção de pagamento por código de barras ou PIX (QR Code).

2.1.9.2. O pagamento da taxa deverá ser efetuado impreterivelmente até a data de vencimento do boleto, não sendo aceitos pagamentos fora do prazo, ainda que por reemissão.

2.1.9.3. Não serão aceitos pagamentos por depósito, transferência bancária, dinheiro, nem qualquer meio diverso do previsto neste Edital.

2.1.9.4. O valor pago a título de taxa de inscrição não poderá ser transferido para terceiros ou para outros concursos.

2.1.9.5. Será considerada confirmada a inscrição cujo pagamento da taxa seja identificado pela instituição bancária ou cujo pedido de isenção tenha sido deferido.

2.1.9.6. O candidato poderá acompanhar a situação de sua inscrição e do pagamento da taxa por meio da Área do Candidato.

2.1.9.7. O Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), contendo local, data e horário da prova objetiva, será disponibilizado na Área do Candidato, na data prevista no cronograma.

2.2. INSCRIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD):

2.2.1. Conceito e Condições:

2.2.1.1. Para os fins do presente concurso público, é considerada pessoa com deficiência (PCD) a que se enquadra nas categorias dispostas no §1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nos artigos 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999; no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012; no art. 1º da Lei Federal nº 14.126/2021; no art. 1º da Lei Federal 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e alterações posteriores.

2.2.1.2. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a PCD deverá:

2.2.1.2.1. Assinalar essa opção no formulário de inscrição;

2.2.1.2.2. Informar o CID da deficiência;

2.2.1.2.3. Anexar laudo médico ou documento oficial equivalente, no ato da inscrição.

2.2.1.3. A não apresentação da documentação comprobatória no prazo e forma estabelecidos implicará o enquadramento do candidato exclusivamente na ampla concorrência.

2.2.1.4. O laudo médico deverá ser legível e conter identificação do profissional emissor, com assinatura, carimbo e número de registro no conselho competente.

2.2.1.5. Os candidatos PCD participarão do concurso em igualdade de condições com os demais, quanto ao conteúdo das provas, critérios de avaliação, horário, local e nota mínima exigida.

2.2.1.6. A nomeação dos candidatos PCD observará a ordem de classificação, respeitados os critérios de alternância e proporcionalidade entre ampla concorrência e vagas reservadas.

2.2.1.7. Na hipótese de não haver candidato PCD habilitado para ocupar vaga reservada, esta poderá ser preenchida por candidato da ampla concorrência, conforme a ordem geral de classificação.

2.3. INSCRIÇÃO DE PRETOS, PARDOS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS:

2.3.1. INSCRIÇÃO DE PESSOAS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS:

- 2.3.1.1. O candidato deverá autodeclarar-se Quilombola ou Indígena no formulário de inscrição e comprovar essa condição na inscrição e no momento da posse, mediante documentação válida e definida nesse edital.
- 2.3.1.2. É obrigatória a anexação de declaração da instituição legal responsável pelo território (seja indígena ou quilombola), bem como comprovante de residência no momento da inscrição.
- 2.3.1.3. A ausência de comprovação nos prazos estabelecidos acarretará eliminação do certame.
- 2.3.1.4. Será assegurado aos interessados o direito de interposição de recurso administrativo contra a listagem de candidatos indígenas e quilombolas, a ser apresentado exclusivamente por meio de formulário eletrônico próprio, disponível na Área do Candidato, observado o prazo estabelecido no cronograma deste edital.
- 2.3.2. **INSCRIÇÃO DE PESSOAS NEGRAS:**
- 2.3.2.1. Considera-se pessoa negra aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme critério do IBGE, e possua características fenotípicas compatíveis.
- 2.3.2.2. A opção pela reserva deverá ser feita no ato da inscrição, sendo facultada a desistência até o término do período de inscrições.
- 2.3.2.3. A autodeclaração possui presunção relativa de veracidade e será confirmada por procedimento de heteroidentificação.
- 2.3.2.4. O preenchimento das vagas obedecerá aos critérios de alternância, proporcionalidade e classificação, conforme legislação vigente e Instrução Normativa MGI nº 23/2023.
- 2.3.2.5. As vagas não preenchidas serão revertidas conforme a ordem legal e a classificação geral.
- 2.3.2.6. Será assegurado aos interessados o direito de interposição de recurso administrativo contra a listagem de candidatos pretos ou pardos, a ser apresentado exclusivamente por meio de formulário eletrônico próprio, disponível na Área do Candidato, observado o prazo estabelecido no cronograma deste edital e após o processo de heteroidentificação.
- 2.4. **PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO:**
- 2.4.1. Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos e optarem por concorrer às funções reservadas serão convocados, antes da divulgação do resultado definitivo do concurso, para o procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração.
- 2.4.2. A convocação será limitada a até 3 (três) vezes o número de vagas previstas para cada categoria profissional. Caso o número de candidatos nomeados ultrapasse esse quantitativo, os participantes excedentes serão devidamente comunicados quanto à necessidade de realização adicional do procedimento de heteroidentificação.
- 2.4.3. O procedimento de heteroidentificação consiste na avaliação por terceiros da condição autodeclarada, com base exclusiva em critérios fenotípicos, considerados no momento da realização do procedimento, sendo vedada a análise de documentos, registros ou procedimentos pretéritos.
- 2.4.4. A heteroidentificação será realizada de forma telepresencial, por meio de recursos tecnológicos, perante Comissão instituída pelo IGEDUC, composta por três membros titulares e suplentes, assegurada diversidade de gênero, cor e, sempre que possível, de origem regional, cujos nomes não serão divulgados.
- 2.4.5. O procedimento será integralmente filmado, sendo a gravação utilizada exclusivamente para análise de eventuais recursos.
- 2.4.6. A recusa do candidato em participar da filmagem, o não comparecimento, a evasão antes da conclusão do procedimento ou a prestação de declaração falsa acarretarão eliminação do concurso, sem convocação suplementar de candidatos não habilitados.
- 2.4.7. A Comissão deliberará por maioria simples, mediante parecer motivado, válido exclusivamente para este concurso público, sendo vedada a deliberação na presença do candidato, observado o sigilo previsto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011.
- 2.4.8. O candidato cuja autodeclaração não for confirmada permanecerá apenas na ampla concorrência.
- 2.4.9. Constatada, por unanimidade, a possibilidade de declaração falsa, a Comissão encaminhará o caso às autoridades competentes, com parecer fundamentado, nos termos da Lei nº 9.784/1999.
- 2.4.10. Confirmada a falsidade por autoridade policial, o candidato será eliminado do concurso e, se já contratado, ficará sujeito à anulação da admissão, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos da Lei nº 12.990/2012.
- 2.4.11. As hipóteses de eliminação ou de encaminhamento às autoridades não geram direito à convocação suplementar de outros candidatos.
- 2.4.12. O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no site oficial do certame, sendo assegurado ao candidato o direito de recurso.
- 2.4.13. Para análise dos recursos, será constituída Comissão Recursal, composta por três membros distintos da Comissão de Heteroidentificação.
- 2.4.14. A Comissão Recursal considerará a filmagem, o parecer da Comissão de Heteroidentificação e as razões recursais apresentadas pelo candidato, sendo suas decisões irrecorríveis.

2.4.15. O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma constante do edital.

2.4.16. Fica dispensado do procedimento de heteroidentificação o candidato que já o tenha realizado e validado em certame anterior promovido pelo Instituto IGEDUC.

2.5. ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

2.5.1. Requisitos:

2.5.1.1. Poderá solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato integrante de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a meio salário-mínimo, nos termos da legislação federal.

2.5.2. Procedimento:

2.5.2.1. O pedido de isenção deverá ser realizado exclusivamente pela Área do Candidato, no prazo previsto no cronograma do concurso.

2.5.2.2. O candidato deverá preencher o Formulário de Requerimento de Isenção, anexando obrigatoriamente a documentação comprobatória exigida no Edital.

2.5.2.3. O envio incompleto, incorreto ou fora do prazo do formulário ou dos documentos implicará indeferimento automático do pedido, sem possibilidade de complementação posterior.

2.5.2.4. O Instituto Igeduc consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificação das informações prestadas.

2.5.2.5. O candidato é responsável pela veracidade das informações declaradas, estando sujeito às sanções legais em caso de fraude.

2.5.2.6. Caberá recurso contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção, conforme prazo estabelecido no cronograma.

2.5.2.7. O candidato cujo pedido de isenção for indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo estipulado para confirmar sua participação no concurso.

2.6. ATENDIMENTO ESPECIAL:

2.6.1.1. Solicitação:

2.6.1.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato da inscrição, indicando os recursos necessários.

2.6.1.1.2. A solicitação deverá ser acompanhada de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, contendo CID, justificativa técnica e identificação do profissional emissor, ressalvados os casos de Transtorno do Espectro Autista, cujo laudo possui validade indeterminada.

2.6.1.1.3. O simples envio do laudo, sem a solicitação formal no formulário de inscrição, não garante a concessão do atendimento especial.

2.6.1.1.4. Os pedidos serão analisados segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

2.6.1.1.5. Os resultados preliminares e definitivos dos pedidos de atendimento especial serão publicados conforme o cronograma, cabendo recurso.

2.6.1.1.6. As opções de atendimento especial são as descritas na tabela abaixo:

ACESSO PARA CADEIRANTE	PROVA AMPLIADA	TRANSCRITOR	LEDOR
ATENDIMENTO PARA LACTANTE	MOBÍLIA ADAPTADA	INTÉRPRETE DE LIBRAS	TEMPO ADICIONAL

2.6.2. Amamentação:

2.6.2.1. A candidata que necessitar amamentar criança de até seis meses deverá indicar essa condição no ato da inscrição.

2.6.2.2. No dia da prova, deverá apresentar a certidão de nascimento da criança e levar acompanhante adulto responsável pela guarda.

2.6.2.3. O tempo destinado à amamentação será compensado, observado o limite máximo previsto neste Edital.

2.6.3. Nome Social:

2.6.3.1. O candidato transexual ou travesti poderá solicitar o uso do nome social, nos termos da legislação vigente, mediante indicação no formulário de inscrição.

2.6.3.2. As publicações oficiais ocorrerão com base nos dados constantes no registro civil informado no ato da inscrição.

3. ESTRUTURA DA PROVA OBJETIVA.

3.1. ESTRUTURA DA PROVA OBJETIVA:

3.1.1. A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório e será aplicada na data prevista no cronograma do concurso, no local e horário informados no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

3.1.2. A prova objetiva abrangerá **exclusivamente os conteúdos programáticos previstos neste Edital**, observadas as **quantidades de questões por disciplina**, conforme especificado no **ANEXO II**. As disciplinas que compõem a prova objetiva serão organizadas em **dois grupos distintos**, a saber: **Grupo de Conhecimentos Gerais** e **Grupo de Conhecimentos Específicos**, sendo **explicitada no ANEXO II a quantidade de questões correspondente a cada disciplina integrante de cada um desses grupos**.

3.1.3. A prova objetiva será constituída de **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com **05 (cinco) alternativas**, das quais **apenas uma será considerada correta**, abrangendo disciplinas integrantes dos **grupos de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos**, observadas as quantidades de questões estabelecidas no **ANEXO II**, bem como os **limites definidos na tabela abaixo**:

DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO POR QUESTÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
DISCIPLINAS DO GRUPO DE CONHECIMENTOS GERAIS: • HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PÃO DE AÇÚCAR; • INFORMÁTICA; • LÍNGUA PORTUGUESA.	20 (vinte)	1,00 (um) ponto	20 (vinte) pontos
DISCIPLINAS DO GRUPO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: • CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS; • CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS; • EDUCAÇÃO PÚBLICA; • GESTÃO PÚBLICA; • LEGISLAÇÃO; • SAÚDE PÚBLICA.	40 (quarenta)	2,00 (dois) pontos	80 (oitenta) pontos
TOTAL	60 (sessenta)	-	100 (cem) pontos

3.1.4. **SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO PÚBLICO O CANDIDATO QUE OBTIVER PONTUAÇÃO TOTAL INFERIOR A 70 (SETENTA) PONTOS NA PROVA OBJETIVA, BEM COMO AQUELE QUE ALCANÇAR PONTUAÇÃO IGUAL A 0,0 (ZERO) EM QUALQUER DAS DISCIPLINAS INTEGRANTES DO GRUPO DE CONHECIMENTOS GERAIS — HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PÃO DE AÇÚCAR, INFORMÁTICA E LÍNGUA PORTUGUESA — OU DO GRUPO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS — CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS, EDUCAÇÃO PÚBLICA, GESTÃO PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, CONFORME A COMPOSIÇÃO DAS PROVAS DE CADA CARGO DESCRITAS NESTE EDITAL E NO ANEXO II.**

3.1.5. As questões poderão envolver textos, gráficos, imagens ou situações-problema relacionadas às atribuições do cargo.

3.1.6. Será considerado correto o item cuja alternativa esteja de acordo com o gabarito definitivo, definido após a apreciação dos recursos, sem prejuízo de leitura óptica do cartão resposta de cada candidato.

3.2. GABARITOS E RECURSOS:

3.2.1. O gabarito preliminar será divulgado após a aplicação da prova, no prazo previsto no Anexo III.

3.2.2. A interposição de recurso administrativo contra o gabarito preliminar deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, no prazo peremptório estabelecido no cronograma oficial, mediante formulário específico disponível na Área do Candidato no endereço eletrônico <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129>; outrossim, em observância ao princípio da especificidade e sob pena de indeferimento liminar, cada insurgência deverá ser protocolada individualmente, versando estritamente sobre uma única questão.

3.2.3. Recursos inconsistentes, ofensivos ou identificados serão indeferidos.

3.2.4. A publicação do gabarito definitivo dar-se-á após a devida apreciação e julgamento das insurgências interpostas, sendo a decisão relativa a cada recurso disponibilizada de forma individualizada e restrita na Área do Candidato; outrossim,

resguarda-se aos demais interessados a faculdade de consultar o teor das respostas atinentes a questões não contestadas por si, mediante requisição específica a ser enviada ao endereço eletrônico concursos@igeduc.org.br.

3.2.5. Questões anuladas terão a pontuação atribuída a todos os candidatos.

3.3. Horários e Acesso ao Local de Prova:

3.3.1.1. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

3.3.1.2. Após o fechamento dos portões, não será permitido o ingresso de candidatos ou acompanhantes, nem a entrega de qualquer material.

3.3.1.3. O candidato realizará a prova exclusivamente no prédio, sala e horário indicados no CCI. O candidato que possuir mais de uma inscrição confirmada para cargos ou funções cujas provas sejam realizadas no mesmo horário deverá optar pela realização de apenas uma delas, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a realização concomitante de provas.

3.3.1.4. O candidato que se retirar definitivamente do local de prova não poderá retornar, sob nenhuma hipótese.

3.3.1.5. Os horários previstos para a realização da prova são os seguintes:

CARGO	NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E PROFESSORES	NÍVEL SUPERIOR
TURNO:	DOMINGO MANHÃ	DOMINGO TARDE
ABERTURA DOS PORTÕES:	07 horas	13 horas
FECHAMENTO DOS PORTÕES:	7 horas e 45 minutos	13 horas e 45 minutos
INÍCIO DAS PROVAS:	8 horas	14 horas
SAÍDA COM CADERNO DE QUESTÕES:	11 horas e 30 minutos	17 horas e 30 minutos
TÉRMINO DAS PROVAS:	12 horas	18 horas
DURAÇÃO DAS PROVAS:	4 (quatro) horas	4 (quatro) horas

3.4. Material Obrigatório e Identificação:

3.4.1.1. O candidato deverá portar, exclusivamente:

3.4.1.2. Caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;

3.4.1.3. Documento oficial de identificação com foto, original, atual e legível.

3.4.1.4. Serão aceitos como documentos oficiais de identificação, entre outros previstos em lei: RG, CNH com foto, CTPS, passaporte, carteiras profissionais reconhecidas por lei.

3.4.1.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, danificados, cópias, protocolos ou documentos apresentados exclusivamente em meio digital.

3.4.1.6. Em caso de perda, furto ou roubo do documento, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência, emitido há no máximo 30 (trinta) dias, sendo submetido à identificação especial.

3.5. Procedimentos de Aplicação das Provas Objetivas:

3.5.1.1. O caderno de questões será entregue lacrado e somente poderá ser aberto após autorização do fiscal de sala.

3.5.1.2. É vedado manusear o caderno de questões antes da autorização oficial, sob pena de eliminação.

3.5.1.3. O candidato deverá conferir o material recebido e comunicar imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

3.5.1.4. É proibido aos fiscais prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das questões.

3.6. Cartão-Resposta:

3.6.1.1. O cartão-resposta é o único documento válido para correção da prova.

3.6.1.2. O candidato deverá assinalar apenas uma alternativa por questão, sem rasuras, e assinar o cartão no local indicado.

3.6.1.3. Não será fornecido cartão-resposta substituto por erro do candidato.

3.6.1.4. Marcações indevidas, rasuras ou dupla marcação resultarão na anulação da questão para o candidato.

3.7. Permanência e Saída da Sala:

3.7.1.1. O candidato somente poderá ausentar-se da sala com autorização e acompanhamento de fiscal.

3.7.1.2. A saída definitiva da sala somente será permitida após a entrega do cartão-resposta e assinatura da ata.

3.7.1.3. O caderno de questões poderá ser levado apenas nos últimos 30 (trinta) minutos finais da prova.

3.7.1.4. Os três últimos candidatos deverão deixar a sala simultaneamente.

3.8. Segurança do Certame:

3.8.1.1. O Instituto Igeduc adotará medidas de segurança para garantir a lisura do concurso, incluindo inspeções, uso de detector de metais, registros fotográficos e filmagens.

3.8.1.2. O candidato poderá ser submetido à identificação datiloscópica e vistoria de pertences a qualquer momento.

3.8.1.3. Não será disponibilizado local ou invólucro para guarda de objetos pessoais ou eletrônicos.

3.9. Condutas Proibidas (Eliminação):

3.9.1.1. Será eliminado o candidato que, entre outras condutas:

3.9.1.1.1. Portar ou utilizar aparelhos eletrônicos ou de comunicação, ainda que desligados;

3.9.1.1.2. Comunicar-se com outros candidatos;

3.9.1.1.3. Utilizar materiais não autorizados;

3.9.1.1.4. Recusar-se à fiscalização ou ao uso do detector de metais;

3.9.1.1.5. Perturbar a ordem ou adotar comportamento inadequado;

3.9.1.1.6. Utilizar meios fraudulentos em qualquer etapa do concurso.

3.9.1.2. O descumprimento das normas deste Edital caracteriza tentativa de fraude e implicará eliminação.

3.9.1.3. A utilização ou divulgação indevida de conteúdo sigiloso do concurso sujeita o infrator às penalidades previstas no Código Penal.

3.10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.10.1. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições quanto ao conteúdo, avaliação e critérios de aprovação.

3.10.2. O Instituto Igeduc e o Município de Pão de Açúcar (AL) não se responsabilizam por materiais, cursos ou publicações não oficiais.

4. ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS.

4.1. Disposições Gerais:

4.1.1. A Avaliação de Títulos terá caráter exclusivamente classificatório e será aplicada somente aos candidatos aos cargos de Nível Superior com inscrição deferida e que tenham sido classificados na etapa da prova objetiva.

4.1.2. Os candidatos deverão enviar, exclusivamente por meio eletrônico, a documentação comprobatória na Área do Candidato do Instituto Igeduc, até o prazo estabelecido no cronograma do concurso.

4.1.3. O não envio da documentação no prazo e na forma previstos implicará atribuição de nota zero na Avaliação de Títulos.

4.2. Envio e Análise da Documentação:

4.2.1. Serão aceitos apenas arquivos em formato PDF, com tamanho máximo de 2 MB por documento, não sendo admitido envio por outros meios.

4.2.2. Serão considerados somente documentos legíveis, completos e compatíveis com o cargo pretendido, sendo desconsiderados arquivos ilegíveis, rasurados ou incompletos.

4.2.3. O Instituto Igeduc poderá, a qualquer tempo, solicitar conferência, validação junto aos órgãos competentes ou a apresentação física dos documentos, se necessário.

4.2.4. A veracidade das informações e documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato, sujeitando-se às sanções legais em caso de falsidade.

4.3. Critérios de Pontuação:

4.3.1. Para fins de pontuação, serão consideradas as titulações apresentadas pelo candidato até o limite máximo de 5 (cinco) pontos, observada a validade dos títulos, a compatibilidade com o cargo e o prazo estabelecido neste edital.

4.3.2. A avaliação obedecerá aos limites máximos de pontuação por cargo, conforme tabela abaixo:

DOCUMENTAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA DO CRITÉRIO
a) Curso de ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU completo, em área estrita e claramente relacionada com o cargo e com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, comprovável por meio de certificado de conclusão conferido após a atribuição de nota de aproveitamento OU por declaração de conclusão, desde que acompanhada de histórico escolar.	1,0 (um) ponto por título válido	Até 2,0 (dois) pontos
b) Curso de MESTRADO completo, em área estrita e claramente relacionada com o cargo, comprovável por meio de diploma, devidamente registrado, OU por certificado/declaração de conclusão acompanhado de histórico escolar.	3,0 (três) pontos por título válido	Até o limite da avaliação de títulos
c) Curso de DOUTORADO completo, em área estrita e claramente relacionada com o cargo, comprovável por meio de diploma, devidamente registrado, OU por certificado/declaração de conclusão acompanhado de histórico escolar.	5,0 (cinco) pontos por título válido	Até o limite da avaliação de títulos
PONTUAÇÃO MÁXIMA DO CANDIDATO NO CRITÉRIO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	-	Até 5,0 (cinco) pontos

4.3.3. Não serão pontuados:

4.3.3.1. Cursos ou formações incompletos;

4.3.3.2. Títulos com pendências de conclusão;

4.3.3.3. Documentos utilizados como requisito mínimo para investidura no cargo, incluindo diploma exigido, registro em conselho profissional ou documentos de identificação pessoal.

4.3.4. É responsabilidade exclusiva do candidato comprovar, quando necessário, a relação do título apresentado com a área ou atribuições do cargo.

4.3.5. Títulos Obtidos no Exterior:

4.4. Diplomas e certificados emitidos por instituições estrangeiras somente serão aceitos se:

4.4.1. Traduzidos para a língua portuguesa por tradutor público juramentado;

4.4.2. Convalidados para o território nacional;

4.4.3. Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 1/2002 e demais normas aplicáveis.

4.5. Resultados e Recursos:

4.5.1. Os resultados preliminar e definitivo da Avaliação de Títulos serão divulgados nas datas previstas no cronograma, no site oficial do concurso.

4.5.2. Caberá recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo estabelecido neste Edital.

4.5.3. A pontuação atribuída poderá ser mantida, acrescida ou reduzida em decorrência do julgamento dos recursos interpostos.

5. ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO DE APTIDÃO DOCENTE.

5.1. Disposições Gerais:

5.1.1. A Avaliação de Aptidão Docente é etapa eliminatória, obrigatória e exclusiva para os candidatos aos cargos de Professor.

5.1.2. Serão convocados para esta etapa os candidatos aprovados na prova objetiva, classificados até o limite de 3 (três) vezes o número de vagas, observados:

5.1.2.1. os critérios de desempate;

5.1.2.2. a pontuação da prova objetiva;

5.1.2.3. a pontuação da avaliação de títulos;

5.1.2.4. a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PCD).

5.2. Sorteio do Tema:

5.2.1. O sorteio do tema da Avaliação de Aptidão Docente será realizado pelo Instituto Igeduc, com transmissão ao vivo em ambiente virtual, em data e horário previamente divulgados.

5.2.2. O sorteio ocorrerá com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação à realização da avaliação.

5.2.3. O tema sorteado será publicado no site oficial do concurso até 1 (uma) hora após a conclusão do sorteio.

5.3. Realização da Avaliação:

5.3.1. A Avaliação de Aptidão Docente consistirá na ministração de uma aula teórica, sobre o tema sorteado, com base nos conteúdos programáticos de conhecimentos específicos do respectivo cargo.

5.3.2. A avaliação será realizada de forma presencial, em unidade escolar da rede municipal de Pão de Açúcar (AL), em data, horário e local previamente divulgados pelo Instituto Igeduc.

5.3.3. A ordem de apresentação dos candidatos será definida pelo Instituto Igeduc.

5.3.4. É vedada a presença de candidatos durante a apresentação de outros concorrentes.

5.4. Duração da Aula:

5.4.1. A aula deverá ter duração mínima de 10 (dez) minutos e máxima de 20 (vinte) minutos.

5.4.2. O candidato que não atingir o tempo mínimo será eliminado do concurso.

5.4.3. O tempo excedente a 20 (vinte) minutos não será avaliado, sendo aplicada penalidade de redução de 10% (dez por cento) da nota final da avaliação para cada minuto excedente.

5.5. Avaliação e Pontuação:

5.5.1. A Avaliação de Aptidão Docente será pontuada conforme os critérios e parâmetros de avaliação definidos na tabela abaixo:

PARÂMETRO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PENALIDADE
Clareza e Organização da Exposição ● Avalia se o professor apresenta os conteúdos de forma lógica, sequencial e compreensível. ● Observa-se: estrutura da aula (introdução, desenvolvimento e conclusão), clareza na explicação dos conceitos e uso adequado da linguagem acadêmica.	2,0 (dois)	SERÁ DESCONTADO 0,5 PONTO POR CADA ERRO IDENTIFICADO
Domínio do Conteúdo ● Verifica o nível de conhecimento demonstrado pelo professor em relação ao tema abordado. ● Inclui: capacidade de responder perguntas, contextualização do conteúdo com a prática ou com outras disciplinas e atualidade das informações.	2,0 (dois)	SERÁ DESCONTADO 0,5 PONTO POR CADA ERRO IDENTIFICADO
Metodologia e Estratégias de Ensino ● Analisa se o professor utiliza métodos adequados ao perfil dos alunos e ao conteúdo. ● Ex.: uso de exemplos práticos, recursos didáticos (quadro, slides, vídeos), dinâmicas de grupo, estudo de caso etc.	2,0 (dois)	SERÁ DESCONTADO 0,5 PONTO POR CADA ERRO IDENTIFICADO
Método de Avaliação do Conteúdo Proposto ● Observa-se o incentivo à participação, respeito à diversidade de opiniões e capacidade de manter o interesse da turma. ● Importante também a escuta ativa e o estímulo ao pensamento crítico.	2,0 (dois)	SERÁ DESCONTADO 0,5 PONTO POR CADA ERRO IDENTIFICADO
Gestão do Tempo e Ritmo da Aula	2,0 (dois)	

● Avalia se o professor distribui bem o tempo entre os tópicos da aula e mantém um ritmo adequado à assimilação do conteúdo. ● Considera-se também o cumprimento dos objetivos propostos para aquele momento.		SERÁ DESCONTADO 0,5 PONTO POR CADA ERRO IDENTIFICADO
NOTA MÁXIMA	10,0 (dez)	-

6. CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.

6.1. Classificação dos Candidatos:

6.1.1. Serão considerados classificados no concurso público os candidatos devidamente inscritos que não tenham sido eliminados e não constem como faltosos em qualquer das etapas do certame.

6.1.2. A classificação será feita com base na pontuação obtida na prova objetiva, observados os critérios de desempate previstos neste Edital e, quando aplicável, os resultados das demais etapas.

6.1.3. Os resultados preliminar e definitivo serão divulgados em listas classificatórias, contendo:

6.1.3.1. candidatos classificados;

6.1.3.2. candidatos eliminados;

6.1.3.3. candidatos faltosos;

6.1.3.4. pontuação obtida;

6.1.3.5. critérios de desempate aplicados.

6.2. Listas de Classificação:

6.2.1. Os candidatos que concorrerem às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PCD), desde que tenham a condição devidamente comprovada, constarão:

6.2.1.1. em lista específica de PCD; e

6.2.1.2. simultaneamente, na lista de classificação geral (ampla concorrência).

6.3. Divulgação dos Resultados:

6.3.1. Os resultados das etapas, gabaritos preliminares e definitivos, cadernos de questões e demais informações gerais do concurso serão divulgadas no site oficial do Instituto Igeduc.

6.3.2. As informações de caráter individual, incluindo respostas aos recursos e cópia da folha de respostas, serão disponibilizadas exclusivamente na Área do Candidato, mediante login e senha.

6.3.3. A homologação do resultado definitivo será realizada pelo Município de Pão de Açúcar (AL), mediante publicação na imprensa oficial.

6.4. Critérios de Desempate:

6.4.1. Em caso de empate na classificação, terão preferência, sucessivamente, os candidatos que atenderem aos critérios estabelecidos neste Edital.

6.4.2. Persistindo empate após a aplicação do critério de idade, os candidatos serão convocados para apresentar imagem legível da certidão de nascimento, para verificação do horário de nascimento.

6.4.3. O candidato que não apresentar a certidão no prazo solicitado terá considerado, para fins de desempate, o horário de nascimento 23h59min59s.

6.4.4. Para o critério de desempate relativo ao exercício da função de jurado, os candidatos serão convocados para comprovação documental, conforme declaração prestada no ato da inscrição.

6.4.5. Serão aceitos, para comprovação da função de jurado, certidões, declarações ou atestados emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais ou Tribunais Regionais Federais, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal.

6.4.6. Serão critérios de desempate os dispostos na tabela abaixo:

ORDEM	CRITÉRIO	PARÂMETRO
1º	IDOSO	O candidato idoso é aquele com idade igual ou superior a 60 anos considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição (critério

		estabelecido na lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa).
2º	APTIDÃO DOCENTE	A pontuação obtida pelo candidato na avaliação de aptidão docente. Esse critério é aplicado apenas aos candidatos aos cargos de Professor .
3º	NOTA DE TÍTULOS	A pontuação obtida pelo candidato no envio de títulos. Esse critério é aplicado apenas aos candidatos aos cargos de Nível Superior .
4º	Disciplina de “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS”	A pontuação obtida pelo candidato nas questões da disciplina de CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS, parte do grupo de Conhecimentos Específicos da prova objetiva.
5º	IDADE	O candidato NÃO idoso com mais idade, considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição.
6º	JURADO	O candidato que tiver exercido o cargo de jurado, considerando para este fim os dados informados no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição.
7º	SORTEIO	Na possibilidade de 2 (dois) ou mais candidatos permanecerem empatados após a aplicação dos critérios anteriores, será realizado sorteio público na Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar - AL, sendo permitida a presença dos candidatos.

6.5. Eliminação:

6.5.1. Será eliminado do concurso o candidato que:

6.5.1.1. obtiver nota inferior à nota mínima de aprovação na prova objetiva;

6.5.1.2. não for aprovado em qualquer etapa para a qual tenha sido convocado;

6.5.1.3. não comparecer a qualquer etapa do concurso, por qualquer motivo;

6.5.1.4. apresentar informações falsas ou não comprovadas, ainda que por culpa;

6.5.1.5. agir com desrespeito, ameaça ou conduta antiética contra candidatos, banca organizadora ou comissão;

6.5.1.6. não apresentar documento oficial de identificação quando solicitado ou dificultar sua identificação.

6.5.2. A eliminação não afasta a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis, inclusive a anulação de eventual contratação.

6.6. DOS RECURSOS:

6.6.1. Disposições Gerais:

6.6.1.1. Caberá recurso contra os gabaritos preliminares e os resultados preliminares de qualquer etapa do concurso, assim como contra todas as listagens preliminares de qualquer etapa do certame.

6.6.2. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio eletrônico, na Área do Candidato, dentro do prazo previsto no cronograma.

6.6.3. A apreciação definitiva de todos os recursos e impugnações, independentemente de sua natureza, será comunicada mediante notificação individualizada, de caráter pessoal e reservado, disponibilizada exclusivamente na Área do Candidato de cada recorrente; resguarda-se, contudo, o direito de terceiros interessados que não tenham interposto recurso à consulta do teor das decisões administrativas, facultade esta que deverá ser exercida mediante requisição formal endereçada ao correio eletrônico concursos@igeduc.org.br.

6.6.4. Não serão aceitos recursos enviados por outros meios, fora do prazo, contra outro candidato ou contra resultados definitivos.

6.6.5. Requisitos do Recurso:

6.6.5.1. O recurso deverá ser claro, objetivo e fundamentado, não podendo conter qualquer identificação do candidato fora do campo apropriado.

6.6.5.2. Serão indeferidos liminarmente os recursos:

6.6.5.2.1. intempestivos;

- 6.6.5.2.2. com linguagem ofensiva ou ameaçadora;
 - 6.6.5.2.3. sem fundamentação pertinente;
 - 6.6.5.2.4. que não permitam a compreensão do pedido.
- 6.6.5.3. Não será permitida a juntada de novos documentos na fase recursal.

6.6.6. Julgamento dos Recursos:

- 6.6.6.1. Os recursos serão analisados e julgados pelo Instituto Igeduc, podendo a Comissão de Fiscalização do Concurso Público se manifestar nos casos omissos.
- 6.6.6.2. As decisões dos recursos serão publicadas no site oficial do concurso, para acesso público e irrestrito.

7. NOMEAÇÃO, POSSE E ESTÁGIO PROBATÓRIO.

7.1. Nomeação e Provimento dos Cargos:

- 7.1.1. O provimento das vagas previstas neste Edital, bem como das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, é de competência exclusiva do Município de Pão de Açúcar (AL), observados:
- 7.1.1.1. o interesse e a conveniência da Administração Pública;
 - 7.1.1.2. o prazo de validade do certame;
 - 7.1.1.3. a ordem de classificação;
 - 7.1.1.4. os critérios de alternância e proporcionalidade entre ampla concorrência e vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PCD);
 - 7.1.1.5. a legislação vigente e o resultado definitivo do concurso.
- 7.1.2. Os atos de convocação, nomeação e posse serão publicados na imprensa oficial e no site institucional do Município.
- 7.1.3. Para fins de publicidade, o Município poderá realizar comunicação complementar por e-mail ou outro meio, não substituindo as publicações oficiais.
- 7.1.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados cadastrais atualizados e acompanhar as publicações oficiais relativas à sua convocação.

7.2. Posse:

- 7.2.1. Publicada a nomeação, o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestar interesse e comparecer ao local indicado, munido da documentação exigida.
- 7.2.2. O não comparecimento ou a não manifestação dentro do prazo implicará desistência tácita, com a consequente anulação da nomeação e convocação do candidato subsequente.
- 7.2.3. O candidato que, por qualquer motivo, não tomar posse terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

7.3. Requisitos para a Posse:

- 7.3.1. São requisitos obrigatórios para a posse:
- 7.3.1.1. aprovação no concurso, conforme este Edital;
 - 7.3.1.2. idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 7.3.1.3. atendimento aos requisitos de escolaridade e demais exigências do cargo;
 - 7.3.1.4. nacionalidade brasileira ou situação migratória regular, nos termos da legislação vigente;
 - 7.3.1.5. quitação com as obrigações eleitorais;
 - 7.3.1.6. aptidão física e mental;
 - 7.3.1.7. inexistência de acúmulo ilícito de cargos públicos;
 - 7.3.1.8. inexistência de antecedentes criminais;
 - 7.3.1.9. cumprimento integral das normas deste Edital e das exigências da Administração.
- 7.3.2. A comprovação dos requisitos será exigida no momento da nomeação ou da posse, mediante apresentação de documentos originais, não sendo aceitos protocolos ou cópias não autenticadas.
- 7.3.3. A não comprovação de qualquer requisito ou a constatação de falsidade documental acarretará a eliminação do candidato e a anulação dos atos administrativos correspondentes, sem prejuízo das sanções legais.

7.4. Documentação Obrigatória:

7.4.1. No ato da posse, deverão ser apresentados, entre outros que venham a ser solicitados:

7.4.1.1. documento oficial de identificação com foto;

7.4.1.2. CPF;

7.4.1.3. comprovação dos requisitos do cargo;

7.4.1.4. comprovante de residência atualizado;

7.4.1.5. certidão de quitação eleitoral;

7.4.1.6. declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos públicos.

7.5. Inspeção de Saúde:

7.5.1. A posse estará condicionada à aprovação em inspeção médica física e mental, a ser realizada em data, local e horário definidos pelo Município.

7.5.2. O candidato considerado inapto terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

7.6. Pessoas com Deficiência (PCD):

7.6.1. O candidato inscrito como PCD deverá apresentar, no ato da nomeação, laudo médico atualizado, contendo o tipo, grau ou nível da deficiência, com indicação do respectivo código CID.

7.6.2. O candidato será submetido à perícia médica oficial, a ser realizada por junta designada pelo Município, para confirmação da condição declarada.

7.6.3. Após a posse, o servidor não poderá utilizar a deficiência para justificar licenças, faltas injustificadas, remoções, readaptação ou aposentadoria por invalidez.

7.7. Exercício do Cargo:

7.7.1. O servidor empossado exercerá suas atividades em local definido pelo Município, conforme o interesse público, respeitados o cargo e a jornada de trabalho.

7.7.2. O local de exercício poderá ser alterado a qualquer tempo, por necessidade da Administração.

7.8. Estágio Probatório:

7.8.1. O estágio probatório corresponde ao período de 03 (três) anos de efetivo exercício, destinado à avaliação da aptidão e da capacidade do servidor para o cargo.

7.8.2. Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado quanto aos seguintes critérios:

7.8.2.1. assiduidade;

7.8.2.2. disciplina;

7.8.2.3. iniciativa;

7.8.2.4. produtividade;

7.8.2.5. responsabilidade;

7.8.2.6. desempenho técnico e conduta ética.

7.8.3. O Município poderá instituir Comissão de Avaliação de Desempenho, por meio de portaria específica, definindo regras, procedimentos e consequências dos resultados.

7.8.4. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

7.8.5. Compete exclusivamente ao Município definir local e horário de trabalho durante o estágio probatório, não sendo permitida escolha pelo servidor.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS.

8.1. As retificações, inclusões, exclusões ou atualizações deste Edital serão incorporadas a uma versão única e consolidada, com identificação das alterações realizadas.

8.2. A versão vigente e consolidada do Edital será publicada na Área do Candidato, no site do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129>).

8.3. O candidato não poderá alegar desconhecimento deste Edital, de suas retificações ou de normas legais e comunicados regularmente publicados, para fins de isenção de obrigações ou questionamento do certame.

8.4. Os valores arrecadados com a taxa de inscrição serão destinados a conta bancária específica do Município de Pão de Açúcar (AL).

- 8.5. A taxa de inscrição somente será devolvida em caso de cancelamento do concurso público.
- 8.6. O Município de Pão de Açúcar (AL) e o Igeduc não se responsabilizam por despesas dos candidatos relativas a deslocamento, hospedagem, alimentação, estudos ou quaisquer outros custos decorrentes da participação no concurso.
- 8.7. Não será emitido documento individual de comprovação de aprovação ou classificação.
- 8.8. Para esse fim, terão validade exclusiva as publicações oficiais realizadas nos sites do Município de Pão de Açúcar (AL) e do Igeduc.
- 8.9. Não serão fornecidas a terceiros informações ou documentos de caráter pessoal dos candidatos, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- 8.10. Todo o material produzido no concurso, incluindo inscrições, listas de presença, provas, cartões-resposta, recursos, resultados e relatórios, será arquivado pelo Município de Pão de Açúcar (AL) por, no mínimo, 10 (dez) anos, ou até a manifestação definitiva do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), prevalecendo o prazo maior.
- 8.11. O Edital poderá ser impugnado, de forma fundamentada, por meio de formulário eletrônico disponibilizado no site do Igeduc, no prazo previsto no cronograma.
- 8.12. Para fins de impugnação, o interessado deverá realizar inscrição no concurso, ainda que sem a necessidade de efetivação do pagamento.
- 8.13. A impugnação deverá indicar, de forma clara e objetiva, o item questionado e sua fundamentação.
- 8.14. As impugnações serão analisadas e julgadas pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, em conjunto com o Igeduc.
- 8.15. Das decisões proferidas sobre as impugnações não caberá recurso.
- 8.16. As respostas às impugnações e, se for o caso, as respectivas retificações consolidadas do Edital, serão publicadas no site do Igeduc, conforme o cronograma.
- 8.17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, ouvida a banca organizadora sempre que necessário.

JORGE SILVA DANTAS

Prefeito do Município de Pão de Açúcar (AL)

ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.

A – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMA.

REQUISITOS: Curso Superior completo, reconhecido pelo MEC em Ciência da Computação, Engenharia de Computação ou Sistemas de Informação.

ATRIBUIÇÕES: Realizar levantamento de requisitos junto às secretarias municipais para identificação de necessidades de sistemas e soluções tecnológicas. Desenvolver, adaptar e manter sistemas internos, conforme as demandas da gestão pública. Gerenciar bancos de dados municipais, garantindo integridade, segurança e disponibilidade das informações. Elaborar documentação técnica de sistemas, infraestrutura e procedimentos operacionais. Propor melhorias tecnológicas que otimizem processos administrativos e ampliem a eficiência dos serviços públicos. Gerenciar contratos e serviços de TI, inclusive os prestados por empresas terceirizadas. Monitorar e assegurar a segurança da informação, implementando políticas de proteção de dados e controle de acessos. Prestar suporte técnico avançado às equipes das secretarias municipais quanto ao uso de sistemas e ferramentas institucionais. Implantar e dar manutenção em sistemas de gestão pública, como folha de pagamento, tributação, saúde, educação, patrimônio e compras. Administrar servidores de aplicação e de banco de dados, garantindo alta disponibilidade e desempenho. Acompanhar auditorias internas e externas, fornecendo informações técnicas sobre sistemas e infraestrutura. Desenvolver relatórios, dashboards e indicadores para apoio à tomada de decisão da gestão municipal. Gerenciar redes locais e infraestrutura lógica, em conjunto com a equipe de TI. Garantir conformidade com a LGPD, implementando medidas de proteção e boas práticas de governança de dados. Planejar e implementar backups e rotinas de contingência, assegurando continuidade dos serviços críticos. Integrar sistemas municipais com plataformas estaduais e federais (e-SUS, SIAFIC, eSocial, Conectividade Social etc.). Testar, homologar e validar softwares adquiridos ou desenvolvidos pela prefeitura. Acompanhar licitações e processos de contratação relacionados a sistemas e tecnologia. Treinar servidores municipais para utilização adequada dos sistemas

implantados. Participar da elaboração do planejamento estratégico de TI, incluindo políticas, metas e diretrizes tecnológicas.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL.

REQUISITOS: Curso Superior em Serviço Social reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais aplicando métodos e processos básicos do serviço social para promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade. Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento à hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves; - Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar; Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho; Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato; Realizar quaisquer atividades inerentes ao cargo, conforme Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL.

REQUISITOS: Curso Superior em Serviço Social reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente, com especialização no âmbito educacional.

ATRIBUIÇÕES: Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais aplicando métodos e processos básicos do serviço social para promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade. Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento à hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves; Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar; Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho; Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato; Realizar quaisquer atividades inerentes ao cargo, conforme Lei Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993; elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; atender as demandas sociais, sejam elas individuais ou grupais; mediar, orientar e propor ações envolvendo os diferentes sujeitos sobre situações presentes na sala de aula que envolvem a realidade social da comunidade.

CARGO: BIÓLOGO.

REQUISITOS: Curso Superior em Biologia reconhecido pelo MEC, bacharel ou licenciado em curso de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todas as suas especialidades ou licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia e registro no conselho competente.

ATRIBUIÇÕES: Executar, coordenar, supervisionar e orientar os estudos, projetos, pesquisas, serviços, assessorias, consultorias, perícias, pareceres e laudos técnicos, fiscalização, bem como quaisquer outras atividades nas diversas áreas do conhecimento das ciências biológicas ou a elas ligadas. Realizar estudos e pesquisas relacionadas com a investigação científicas ligadas à biologia sanitária, saúde pública, epidemiologia de doenças transmissíveis, controle de vetores e técnicas de saneamento básico, atividades complementares relacionadas à conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e do meio ambiente e a educação ambiental.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS.

REQUISITOS: Curso Superior em Direito, Ciências Contábeis, Administração ou Ciências Econômicas reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: Fiscalizar e orientar os munícipes quanto à legislação tributária; registrar e comunicar irregularidades que afrontam a legislação municipal; proceder à notificação, apreensão, intimação, interdição e embargo, bem como outros atos determinados por legislação específica quando necessário; examinar processos, redigindo informações; emitir relatórios e planilhas informativas; participar da escala de plantão fiscal; proceder a diligências e lavrar auto de infração; manter-se atualizado da legislação referente à sua área de atuação; executar tarefas inerentes à função.

CARGO: INSPETOR ESCOLAR.

REQUISITOS: Curso Superior em Pedagogia reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente, com especialização na área.

ATRIBUIÇÕES: Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola; inspecionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar. Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. Prestar apoio às atividades acadêmicas; controlar as atividades livres dos alunos, orientar entrada e saída de alunos, fiscalizar espaços de recreação, definir limites nas atividades livres. Organizar ambiente escolar e providenciar manutenção predial. Auxiliar professores e profissionais da área artística. Auxiliar a Secretaria da Associação no tocante ao controle e desenvolvimento das atividades de formação cultural. Auxiliar alunos com deficiência física; Identificar pessoas suspeitas nas imediações da escola; Comunicar à chefia a presença de estranhos nas imediações da escola; Chamar ronda escolar ou a polícia; Verificar iluminação pública nas proximidades da escola; Controlar fluxo de pessoas estranhas ao ambiente escolar; Chamar resgate; Confirmar irregularidades comunicadas pelos alunos; Identificar responsáveis por irregularidades; Identificar responsáveis por atos de depredação do patrimônio escolar; Reprimir furtos na escola; Vistoriar latão de lixo; Liberar alunos para pessoas autorizadas; Comunicar à diretoria casos de furto entre alunos; Retirar objetos perigosos dos alunos; Vigiar ações de intimidação entre alunos; Auxiliar na organização de atividades culturais, recreativas e esportivas; Inibir ações de intimidação entre alunos; Separar brigas de alunos; Conduzir aluno indisciplinado à diretoria; Comunicar à coordenação atitudes agressivas de alunos; Explicar aos alunos regras e procedimentos da escola; Informar sobre regimento e regulamento da escola; Orientar alunos quanto ao cumprimento dos horários; Ouvir reclamações dos alunos; Analisar fatos da escola com os alunos; Aconselhar alunos; Controlar manifestações afetivas; Informar à coordenação a ausência do professor; Restabelecer disciplina em salas de aula sem professor; Fornecer informações à professores; Orientar entrada e saída dos alunos; Vistoriar agrupamentos isolados de alunos; Orientar a utilização dos banheiros; Fixar avisos em mural; Abrir as salas de aula; Controlar carteira de identidade escolar; Relatar ocorrência disciplinar; Inspecionar a limpeza nas dependências da Escola; Verificar o estado da lousa; Comunicar à Gerência de Serviços sobre equipamentos danificados; Controlar acesso de alunos e professores; Controlar as atividades de formação cultural sob orientação da Secretaria da Associação; Exercer o controle de frequência de alunos e professores.

CARGO: INTÉRPRETE DE LIBRAS.

REQUISITOS: Curso Superior em Pedagogia, com especialização em Libras ou Curso Superior em Libras reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa. Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de Ensino Fundamental, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. Participar das aulas atividades em contraturno conforme portarias e leis municipais

CARGO: MÉDICO PSF.

REQUISITOS: Ensino Superior em Medicina reconhecido pelo MEC e registro no respectivo Órgão de Classe.

ATRIBUIÇÕES: Prestar atendimento médico a pacientes nos ambulatórios, e/ou em regime de plantão, nos serviços de pronto atendimento ou em outras unidades de saúde do Município, nos aspectos curativos e preventivos em pacientes da Clínica Médica, abrangendo a identificação, avaliação e terapêutica, clínica ou cirúrgica, recomendados; Prestar serviços no âmbito de saúde pública executando atividades clínicas epidemiológicas e laboratoriais, formulando programas e assumindo ações de promoção prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Realizar visitas médicas a pacientes internados da clínica médica, anotando no prontuário médico as recomendações, prescrições, informações e perspectiva de evolução do quadro clínico dos pacientes; Elaborar pareceres na sua especialidade médica, solicitados por outra especialidade clínica, examinando, interpretando exames complementares realizados; Emitir laudo de exames complementares solicitados a pacientes da Clínica Médica; Comparecer às reuniões técnico-científicas ou administrativas, quando convocado, reuniões das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar em situações pontuais sobre Prontuário Médico ou de Ética Médica ou outras necessárias ao exercício das suas funções profissionais para o bom funcionamento

das atividades de Saúde no Município; Promover, participar de programas de educação e divulgação do autocuidado, incentivando os pacientes a conscientizarem-se da importância das ações preventivas de saúde; Executar outras tarefas correlatas e auxiliar na execução de outras atividades da área onde estiver lotado.

CARGO: NUTRICIONISTA EDUCACIONAL.

REQUISITOS: Curso Superior em Nutrição reconhecido pelo MEC e registro no órgão competente, com especialização no âmbito educacional.

ATRIBUIÇÕES: Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela (educação básica: educação infantil - creche e pré-escola, - ensino fundamental, ensino médio, EJA - educação de jovens adultos) com base no resultado da avaliação nutricional, e em consonância com os parâmetros definidos em normativas do FNDE; Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar (PAE); Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando: (a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas, para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos; (b) respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar de cada localidade, à sua vocação agrícola e à alimentação saudável e adequada; (c) utilização dos produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; local, regional, territorial, estadual, ou nacional, nesta ordem de prioridade. Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição; Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias; Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, sempre que ocorrer no cardápio a introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. Para tanto, devem ser observados parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos, estabelecidos em normativa do Programa. O registro se dará no Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme estabelecido pelo FNDE; Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar; Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere à parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros); Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição; Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e Controle para UAN; Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PAE, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE. que diz respeito à execução técnica do PAE.

CARGO: PROFESSOR DE ARTES.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de Artes nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem. Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO.

REQUISITOS: Curso Superior em Pedagogia reconhecido pelo MEC e formação Específica na Educação Especial.

ATRIBUIÇÕES: Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional; acompanhar a

funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação; estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares; promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS.

REQUISITOS: s Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC em Química, Biologia ou Ciências da Natureza.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de Biologia nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC na área de atuação e registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: Orientar a aprendizagem dos alunos na disciplina de educação física; participar das atividades da escola; Organizar as operações inerentes ao processo ensino - aprendizagem; contribuir para aprimorar a qualidade do ensino. 1 - Planejar e executar o trabalho docente em consonância com o plano da escola; 2 - Levantar e interpretar dados relativos a realidade de sua classe; 3 - Selecionar e organizar formas de Página 33 de 62 - Concurso Público para a Prefeitura de Pão de Açúcar (AL) execução da aprendizagem; 4 - Estabelecer mecanismos de avaliação condizentes com a linha adotada pela escola; 5 - Constatar necessidades e carências do aluno e propor seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; 6 - Cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional realizando tarefas solicitadas, identificando possibilidades e carências observadas; 7 - Organizar atividades complementares para o aluno; 8 - Organizar registros de observação do aluno; 9 - Participar de reuniões, Conselhos de Classe, atividades cívicas e outras; 10 - Manter registro das atividades de classe e delas prestar contas quando solicitado; 11 - Integrar órgãos complementares da escola; 12 - Manter um fluxo constante de comunicação com os pais dos alunos, visando a uma participação mútua da educação dos alunos; 13 - Realizar outras tarefas afins.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO 1 AO 5 ANO.

REQUISITOS: Curso Superior em Pedagogia reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país; Executar de forma ativa atividades correlatas de mesma natureza e grau de complexidade, desempenhando outras tarefas que por suas características se incluem na sua esfera de competência e atribuição sempre que determinado pela Chefia imediata.

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC em Geografia.

ATRIBUIÇÕES: Participar na elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem.

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC em História.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de Português nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura Plena reconhecido pelo MEC na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES: Ministrar aulas de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (6º ao 9º); Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a mesma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas; Participar Integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis às metas dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem; Na elaboração de textos ou qualquer outro ato escrito, adotar corretamente as normas de ortografia e gramática vigentes no país.

CARGO: PSICÓLOGO.

REQUISITOS: Curso Superior em Psicologia reconhecido pelo MEC e registro no conselho competente.

ATRIBUIÇÕES: Estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento; desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de contribuir para o ajustamento do indivíduo à vida comunitária; articular-se com profissionais do Serviço Social, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio específicos de pessoas; atender aos pacientes da rede municipal de saúde avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento médico; reunir informações a respeito de pacientes, levando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnósticos e tratamento de enfermidades; aplicar testes psicológicos e realizar entrevistas; realizar trabalhos de orientação aos pais através de dinâmicas de grupo; realizar anamnese com pais responsáveis.

CARGO: PSICÓLOGO EDUCACIONAL.

REQUISITOS: Curso Superior em Psicologia reconhecido pelo MEC com Especialização no âmbito Educacional.

ATRIBUIÇÕES: Considerar a realidade da escola brasileira, articulando com setores da saúde, do trabalho, dos movimentos sociais, da assistência social e do poder judiciário; compreender os fatores que produzem e causam sofrimento em educandos e educadores; analisar o campo de relações sócio-político-pedagógicas para melhoria das condições do processo educacional; comprometer-se com as funções sociais da escola de acesso aos bens culturais constituídos e a promoção de autonomia dos indivíduos; elaborar metodologias de trabalhos multidisciplinares, valorizando e potencializando a produção de saberes dos diferentes espaços educacionais; atuar na direção da ampliação da qualidade do processo educacional, através de práticas coletivas que potencializem pessoas e grupos da comunidade escolar; compartilhar a prática e o conhecimento desenvolvido pela Psicologia, socializando saberes e ampliando as possibilidades de atuação; zelar pelas normas e princípios contidos no Código de Ética Profissional, principalmente no que tange à carreira específica de psicologia.

CARGO: PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL.

REQUISITOS: Curso Superior em Licenciatura plena reconhecido pelo MEC na área de Pedagogia e Especialização em curso de Psicopedagogia.

ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas ocupando-se do processo de aprendizagem, considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos; identificar, analisar, planejar e intervir através de diagnóstico e de tratamento; facilitar a aprendizagem de forma prazerosa, atuando no tratamento do problema já instalado e na sua prevenção; promover orientações metodológicas, de acordo com as características dos indivíduos e grupos; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer o processo de integração; realizar visitas domiciliares acompanhado de outros profissionais, se necessário for; participar das reuniões com as equipes do CAE, SME e/ou escolas; analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição; diagnosticar, orientar, atender em tratamento e investigar os problemas emergentes nos processos de aprendizagem dos alunos. Realizar diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e perturbações de aprendizagem, realizar esclarecimentos e orientações daqueles que os consultam, orientar professores da rede e pais/responsáveis legais, realizar orientação vocacional operativa em todos os níveis educativos; investigar o processo de aprendizado do indivíduo visando entender a origem da dificuldade ou distúrbio apresentado; acompanhar e/ou realizar sessões psicopedagógicas; estabelecer contatos periódicos com a equipe escolar (coordenação, orientação e professores), equipe técnica da Secretaria de Educação e pais/responsável legal pela criança ou adolescente, visando maior integração entre escola-família; investigar o processo de aprendizado do indivíduo e seu modo de aprender, identificar área de competências e limitações, visando entender as dificuldades e/ou distúrbios de aprendizado apresentado; emitir laudos psicopedagógicos e requerer auxílio de outros profissionais quando necessitar, tais como: neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, etc. para aprofundar sua investigação; planejar, executar e avaliar conforme proposta pedagógica e estratégias; elaborar e cumprir seu plano de trabalho e planejamento diário; participar dos programas de formação profissional da rede municipal de ensino, das reuniões de equipe multidisciplinar, contribuindo para efetivação do trabalho coletivo e colaborativo a partir das demandas da rede; atuar nas escolas e/ou centros, identificando os alunos que apresentam dificuldade em sala de aula, fazendo intervenções individualizadas e/ou coletivas, verificando o perfil do aluno, promovendo modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal, as quais revertam no manejo instrumental da realidade; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CARGO: ZOOTECNISTA.

REQUISITOS: Curso Superior em Zootecnia reconhecido pelo MEC e registro no conselho competente.

ATRIBUIÇÕES: Desempenhar atividades de coordenação, análise e elaboração de pareceres técnicos, projetos e execução de trabalhos especializados referentes a planejamento, pesquisa e estudos relativos à saúde, alimentação, reprodução, manejo, comportamento e ambientação dos animais e à defesa sanitária, a fiscalização sanitária “in loco” visando o bem-estar animal, bem como execução e gerenciamento de atividades de produção agrícola, comercialização de animais vivos e de seus produtos, associativismo de pequenas propriedades familiares e ações para elaboração de políticas públicas de segurança alimentar como um todo.

B – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

REQUISITOS: Nível Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender os usuários do sistema público, fornecendo e recebendo informações referentes à administração; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritório. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

CARGO: AUXILIAR DE SALA.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo e Curso Técnico reconhecido pelo MEC com habilitação na área de Serviços de Apoio Escolar aprovadas pelo Conselho de Educação competente ou Curso de graduação completo em área pedagógica ou afim.

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar o professor; participar do processo educativo-pedagógico, nas ações de planejamento, registro e avaliação, participar das reuniões administrativas, pedagógicas e com as famílias; viabilizar ações que garantam os direitos da criança, realizar ações que promovem o educar e o cuidar de forma indissociável (realizar ações que garantam o direito da criança à higiene e à saúde, mantendo seu corpo cuidado, limpo e saudável, oferecendo colo, trocas de fraldas e banhos sempre que necessários, entre outros); assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças, as famílias e os demais profissionais; participar das discussões educativo-pedagógicas propostas pela unidade educativa; desenvolver atividades que estejam de acordo com o projeto político pedagógico da unidade educativa e pela Secretaria Municipal de Educação. Acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência severamente comprometida no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma; Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola; Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada; Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene; Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares; Auxiliar na locomoção; Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa; Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas; Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola.

CARGO: FISCAL DE OBRAS.

REQUISITOS: Nível Médio Completo e Curso Técnico em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia ou Técnico em Edificações reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Fiscalização nas áreas de construções novas e existentes, sujeitas ao poder de polícia administrativa do executivo municipal. Orientar os munícipes quanto à legislação referente à sua área de atuação. Registrar e comunicar irregularidades que afrontam à legislação municipal pertinente. Proceder à notificação, intimação, interdição e embargo, bem como outros atos determinados por legislação específica quando necessário. Examinar processos, redigindo pareceres e informações. Emitir relatórios e planilhas informativas. Participar da escala de plantão fiscal. Proceder a diligências e lavrar auto de infração. Manter-se atualizado da legislação referente à sua área de atuação. Executar tarefas inerentes à função.

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo e Curso Técnico de Secretaria Escolar reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Executar trabalho administrativo, elaborar e organizar a escrituração, aplicando a legislação pertinente aos serviços, bem como atendimento ao público; realizar os serviços de secretaria de acordo com a orientação da SMED e da equipe diretiva da escola; organizar o arquivo de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender

prontamente a qualquer pedido ou esclarecimento de interessados ou da direção da escola; manter atualizada a escrituração escolar do estabelecimento de ensino; redigir e expedir toda a correspondência da escola, submetendo-a à assinatura do diretor ou seu substituto legal; escriturar livros, fichas e demais documentos escolares de modo a assegurar a clareza e fidelidade; assinar, juntamente com o(a) diretor(a), fichas, atas, certificados e outros documentos; emitir o registro e realizar controle de expedientes; participar e redigir as atas das reuniões designadas pela direção da escola; manter atualizado o Sistema de Gestão Educacional Informatizado, como também realizar cópia de segurança para garantir a integridade dos dados; manter ética quanto ao sigilo profissional, bem como utilizar materiais e equipamentos da escola para uso restrito aos serviços da secretaria.

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA/AGROPECUÁRIO.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Agronomia/Agropecuária reconhecido pelo MEC Registro no órgão Fiscalizador da Profissão.

ATRIBUIÇÕES: Organizar o trabalho nos programas e projetos agropecuários municipais, promovendo a aplicação de novas técnicas de trabalho, cultivo da terra e manejo de animais; orientar agricultores e membros de projetos agrícolas nas tarefas de preparação do solo, plantio, colheita e beneficiamento de espécies vegetais; executar quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialidade; estudar parasitas e doenças e outras pragas que afetam a produção agrícola para indicar os meios mais adequados de combatê-las; proceder a coleta e a análise de amostras da terra e determinar a composição da mesma, assim como o fertilizante adequado; orientar e coordenar os trabalhos de defesa contra as intempéries e outros fenômenos que possam assolar a agricultura; orientar os pecuaristas e membros de projetos agropecuários nas atividades de criação e reprodução de animais, na preparação de forragens, pastagens, alimentação em geral, bem como em outros aspectos do manejo com animais; realizar a demarcação de áreas e a serem ajardinadas como praças, rotatórias, áreas de lazer, parques, entre outras, conforme os projetos existentes; prestar orientação técnica aos encarregados das turmas volantes de jardineiros; acompanhar os trabalhos de jardinagem; participar das atividades nos programas específicos desenvolvidos na rede básica de saúde do município, de acordo com a normalização dos serviços.

CARGO: TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA.

REQUISITOS: Nível Médio Completo e Curso Técnico em Agroindústria reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Exercer atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da produção vegetal e animal, sejam elas alimentares ou não-alimentares, desde o fornecimento de insumos agrícolas até o atendimento ao consumidor final; planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, análise, preparo e conservação da matéria prima e o processamento dos produtos de acordo com a legislação vigente, controlando seu impacto ambiental.

CARGO: TÉCNICO EM ESTRADAS.

REQUISITOS: Nível Médio Completo e Curso Técnico em Técnico em Edificações, Técnico em Estradas, Técnico em Topografia reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Realizar levantamentos topográficos para elaboração de projetos de estradas e vias municipais. Auxiliar na elaboração, leitura e interpretação de projetos rodoviários, incluindo perfil, planta e seções transversais. Fiscalizar obras de construção, pavimentação, conservação e recuperação de estradas, garantindo conformidade com o projeto e normas técnicas. Acompanhar a execução de serviços de terraplenagem, como corte, aterro e compactação. Realizar estudos de alinhamento, nivelamento e locação de obras viárias. Monitorar a qualidade dos materiais empregados, como brita, solo, agregado, asfalto e concreto. Coletar amostras para ensaios laboratoriais, quando necessário, visando à avaliação geotécnica. Elaborar relatórios técnicos sobre o andamento das obras e condições das estradas. Identificar e propor soluções para problemas estruturais, erosões, buracos, drenagem inadequada e outros danos viários. Acompanhar e fiscalizar serviços de drenagem pluvial, incluindo instalação de bueiros, sarjetas e valetas. Auxiliar na elaboração de orçamentos e memoriais descritivos para obras e serviços de infraestrutura viária. Prestar suporte técnico às equipes de obras e manutenção, orientando sobre procedimentos corretos. Controlar medições de serviços executados, para fins de pagamento a prestadores e empreiteiras. Operar instrumentos de medição e equipamentos topográficos, como estação total, GPS e nível. Realizar vistorias periódicas nas estradas municipais, identificando pontos críticos e necessidades de intervenção. Acompanhar a sinalização viária, vertical e horizontal, orientando ajustes e padronização. Auxiliar na regularização e planejamento de estradas vicinais, rurais ou urbanas. Assegurar o cumprimento de normas técnicas, como DNIT, ABNT e legislações correlatas. Apoiar processos de licitação, fornecendo especificações técnicas e informações de campo. Promover ações de segurança no trabalho, orientando equipes sobre riscos e medidas preventivas em obras viárias.

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA.

REQUISITOS: Nível Médio Completo e Curso Técnico em Tecnologia da Informação reconhecido pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES: Compreender o conjunto de atribuições destinadas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados, assim como realizar instalação e manutenção de software e hardware; controlar e monitorar ambiente operacional de rede de computadores; receber e transmitir dados; executar implantação física de projetos de rede de computadores; prestar assistência técnica na instalação e utilização de equipamentos de informática; desenvolver rotinas operacionais; prestar suporte ao usuário; realizar comunicação entre dispositivos; operar sistemas de áudio e vídeo; executar outras atribuições afins.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

II.A. DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (20 QUESTÕES):

DISCIPLINA “LÍNGUA PORTUGUESA” (10 QUESTÕES): Fonologia (conceitos, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépia, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia). Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas). Morfologia (estrutura e formação de palavras, classes de palavras e suas flexões). Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos). Semântica (significação de palavras, figuras de linguagem, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, denotação e conotação). Sintaxe (termos da oração, período composto, classificação de orações, concordância verbal e nominal, regência, crase e pontuação).

DISCIPLINA “HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PÃO DE AÇÚCAR” (10 QUESTÕES): Cultura e Tradições de Pão de Açúcar (AL): festas populares, festejos juninos, vaquejadas, manifestações culturais e patrimônio imaterial. Emancipação Política e Desenvolvimento de Pão de Açúcar (AL): elevação à categoria de vila no século XIX, emancipação política em 24 de abril de 1877, importância econômica no contexto da navegação fluvial e do comércio regional, movimentos migratórios e influência cultural de portugueses, indígenas e africanos na formação local. Geografia de Pão de Açúcar (AL): localização geográfica e limites territoriais, aspectos físicos do município (clima, relevo, vegetação e hidrografia, com destaque para o Rio São Francisco), aspectos demográficos atuais, principais atividades econômicas (agricultura, pecuária, comércio, serviços e turismo), divisão administrativa e organização territorial. Origens e Formação Histórica de Pão de Açúcar (AL): os primeiros povoados e a ocupação do território, influência indígena e dos bandeirantes na região, o surgimento do povoado de Pão de Açúcar e sua relação histórica e econômica com o Rio São Francisco. Patrimônio Cultural e Figuras Notáveis de Pão de Açúcar (AL): arquitetura histórica, símbolos municipais, como a Igreja Matriz e prédios antigos, e personalidades que marcaram a história local, incluindo políticos, artistas e líderes comunitários.

II.B. DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (20 QUESTÕES):

DISCIPLINA “LÍNGUA PORTUGUESA” (10 QUESTÕES): Fonologia (conceitos, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépia, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia). Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas). Morfologia (estrutura e formação de palavras, classes de palavras e suas flexões). Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos). Semântica (significação de palavras, figuras de linguagem, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, denotação e conotação). Sintaxe (termos da oração, período composto, classificação de orações, concordância verbal e nominal, regência, crase e pontuação).

DISCIPLINA “HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PÃO DE AÇÚCAR” (5 QUESTÕES): Cultura e Tradições de Pão de Açúcar (AL): festas populares, festejos juninos, vaquejadas, manifestações culturais e patrimônio imaterial. Emancipação Política e Desenvolvimento de Pão de Açúcar (AL): elevação à categoria de vila no século XIX, emancipação política em 24 de abril de 1877, importância econômica no contexto da navegação fluvial e do comércio regional, movimentos migratórios e influência cultural de portugueses, indígenas e africanos na formação local. Geografia de Pão de Açúcar (AL): localização geográfica e limites territoriais, aspectos físicos do município (clima, relevo, vegetação e hidrografia, com destaque para o Rio São Francisco), aspectos demográficos atuais, principais atividades econômicas (agricultura, pecuária, comércio, serviços e turismo), divisão administrativa e organização territorial. Origens e Formação Histórica de Pão de Açúcar (AL): os primeiros povoados e a ocupação do território, influência indígena e dos bandeirantes na região, o surgimento do povoado de Pão de Açúcar e sua relação histórica e econômica com o Rio São Francisco. Patrimônio Cultural e Figuras Notáveis de Pão de Açúcar (AL): arquitetura histórica, símbolos municipais, como a Igreja Matriz e prédios antigos, e personalidades que marcaram a história local, incluindo políticos, artistas e líderes comunitários.

DISCIPLINA “INFORMÁTICA” (5 QUESTÕES): Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Conceitos de internet e intranet. Correio eletrônico: uso e aplicação de e-mail, organização de mensagens. Navegadores de internet (Google

Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge). Noções básicas de sistemas operacionais (Windows e Linux). Segurança da informação: noções básicas de vírus, worms e pragas virtuais; procedimentos de backup. Utilização de aplicativos de escritório (Microsoft Office e LibreOffice).

II.C – DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE NÍVEL SUPERIOR (40 QUESTÕES).

CARGO: ANALISTA DE SISTEMA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Análise e modelagem de sistemas: levantamento de requisitos, UML e BPMN. Arquitetura de software: padrões arquiteturais, microsserviços e monolitos. Banco de dados relacionais: modelagem, normalização e SQL avançado. Banco de dados NoSQL: conceitos, tipos e aplicações. Boas práticas de desenvolvimento seguro: OWASP e segurança no código. Computação em nuvem: conceitos, modelos de serviço e implantação. Controle de versão de software: Git, fluxos de trabalho e repositórios. Desenvolvimento de aplicações web: front-end, back-end e APIs REST. Engenharia de requisitos: elicitação, análise, documentação e validação. Engenharia de software: processos, modelos de ciclo de vida e qualidade. Estruturas de dados e algoritmos: listas, filas, árvores e complexidade. Governança de TI: ITIL, COBIT e gestão de serviços de tecnologia. Integração de sistemas: web services, mensageria e interoperabilidade. Interoperabilidade e padrões abertos na administração pública. Linguagens de programação: paradigmas, orientação a objetos e scripts. Metodologias ágeis: Scrum, Kanban e DevOps. Modelagem de dados: DER, dicionário de dados e integridade. Modelagem de processos de negócio: análise, melhoria e automação. Monitoramento e desempenho de sistemas: métricas, logs e escalabilidade. Planejamento e gestão de projetos de TI: PMBOK e métodos híbridos. Qualidade de software: testes, validação e verificação. Redes de computadores: fundamentos, protocolos e serviços. Segurança da informação: políticas, controles e gestão de riscos. Sistemas operacionais: conceitos, gerenciamento de recursos e processos. Sistemas de informação governamentais: e-Gov e transformação digital. Tecnologias de containers: Docker, Kubernetes e orquestração. Tecnologias de virtualização: conceitos e aplicações. Teste de software: unitário, integrado, sistema e aceitação. Usabilidade e experiência do usuário (UX/UI): princípios e avaliação. Versionamento e manutenção de sistemas: evolução, refatoração e suporte.

DISCIPLINA “GESTÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública (Lei nº 12.527/2011 – LAI). Atos administrativos: conceitos, atributos, espécies e invalidação. Controle da Administração Pública: controle interno, externo e social. Ética no serviço público e códigos de conduta do servidor. Gestão de processos administrativos e fluxo documental. Gestão de pessoas no setor público: direitos, deveres e responsabilidades. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Organização da Administração Pública: direta, indireta, autarquias, fundações e empresas estatais. Planejamento e gestão pública: planos, programas e metas governamentais. Poderes da Administração Pública e uso do poder de polícia. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Regime jurídico dos servidores públicos e princípios do serviço público.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS): critérios, concessão, revisão e judicialização. Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS) – interpretação aplicada à prática institucional. Direitos da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), medidas protetivas e socioeducativas. Direitos da pessoa com deficiência: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Direitos da pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa e políticas públicas correlatas. Ética, sigilo profissional e responsabilidade técnica na atuação do assistente social. Estado, questão social e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social no Brasil. Gênero, raça/etnia e diversidade sexual nas políticas públicas e no exercício profissional. Gestão pública e controle social: conselhos, conferências e participação popular. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social: estudo social, parecer, relatório e laudo social. Judicialização das políticas sociais e atuação do Serviço Social no sistema de justiça. Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social). Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Política Nacional de Educação: acesso, permanência e enfrentamento das desigualdades educacionais. Política Nacional de Saúde e Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e interface com o Serviço Social. Política Social brasileira: formação histórica, modelos de proteção social e neoliberalismo. Política de Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana: atuação do assistente social. Política de Previdência Social: seguridade social, benefícios e reformas previdenciárias. Políticas de enfrentamento à pobreza, desigualdade e exclusão social. Precarização do trabalho, terceirização e desafios contemporâneos do Serviço Social no setor público. Projeto Ético-Político do Serviço Social: princípios, diretrizes e implicações no exercício profissional. Proteção Social Básica e Especial: serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Sistema de Garantia de Direitos (SGD): articulação intersetorial e atuação profissional.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos, níveis de proteção, gestão e financiamento. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Trabalho interdisciplinar e intersetorial no âmbito das políticas públicas municipais. Trabalho social com famílias: PAIF, PAEFI e metodologias de intervenção profissional. Vigilância socioassistencial: indicadores, territorialização e diagnóstico social. Violências (doméstica, sexual, institucional e urbana): prevenção, atendimento e rede de proteção.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS): critérios, concessão, revisão e judicialização. Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS) – interpretação aplicada à prática institucional. Direitos da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), medidas protetivas e socioeducativas. Direitos da pessoa com deficiência: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Direitos da pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa e políticas públicas correlatas. Ética, sigilo profissional e responsabilidade técnica na atuação do assistente social. Estado, questão social e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social no Brasil. Gênero, raça/etnia e diversidade sexual nas políticas públicas e no exercício profissional. Gestão pública e controle social: conselhos, conferências e participação popular. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social: estudo social, parecer, relatório e laudo social. Judicialização das políticas sociais e atuação do Serviço Social no sistema de justiça. Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social). Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Política Nacional de Educação: acesso, permanência e enfrentamento das desigualdades educacionais. Política Nacional de Saúde e Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e interface com o Serviço Social. Política Social brasileira: formação histórica, modelos de proteção social e neoliberalismo. Política de Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana: atuação do assistente social. Política de Previdência Social: seguridade social, benefícios e reformas previdenciárias. Políticas de enfrentamento à pobreza, desigualdade e exclusão social. Precarização do trabalho, terceirização e desafios contemporâneos do Serviço Social no setor público. Projeto Ético-Político do Serviço Social: princípios, diretrizes e implicações no exercício profissional. Proteção Social Básica e Especial: serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Sistema de Garantia de Direitos (SGD): articulação intersetorial e atuação profissional. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos, níveis de proteção, gestão e financiamento. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Trabalho interdisciplinar e intersetorial no âmbito das políticas públicas municipais. Trabalho social com famílias: PAIF, PAEFI e metodologias de intervenção profissional. Vigilância socioassistencial: indicadores, territorialização e diagnóstico social. Violências (doméstica, sexual, institucional e urbana): prevenção, atendimento e rede de proteção.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: BIÓLOGO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Avaliação de impacto ambiental (AIA): estudos, métodos e relatórios ambientais. Biodiversidade: conceitos, níveis, conservação e uso sustentável. Bioestatística aplicada: análise de dados biológicos e ambientais. Biogeografia: distribuição dos seres vivos e fatores ambientais. Biologia da conservação: estratégias, políticas e manejo de espécies. Biologia molecular: estrutura e função de DNA, RNA e proteínas. Bioética:

princípios e implicações na pesquisa e na gestão ambiental. Botânica: anatomia, fisiologia, sistemática e ecologia vegetal. Citologia: estrutura, função e ciclo celular. Ecologia: populações, comunidades, ecossistemas e biomas. Ecotoxicologia: efeitos de contaminantes no ambiente e nos organismos. Educação ambiental: fundamentos, práticas e legislação aplicável. Evolução biológica: teorias, mecanismos e evidências. Genética: hereditariedade, variabilidade genética e mutações. Gestão ambiental: políticas públicas, planejamento e instrumentos. Legislação ambiental: normas federais, estaduais e municipais. Licenciamento ambiental: procedimentos, etapas e controle. Microbiologia: diversidade microbiana, ecologia e aplicações. Parasitologia: ciclos biológicos, epidemiologia e controle. Patologia ambiental: impactos ambientais na saúde dos organismos. Políticas públicas ambientais: planejamento, execução e avaliação. Recursos hídricos: ecologia aquática, gestão e conservação. Saneamento ambiental: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Saúde ambiental: relações entre ambiente, organismos e saúde humana. Taxonomia e sistemática biológica: classificação e nomenclatura. Toxicologia ambiental: exposição, efeitos e avaliação de risco. Unidades de conservação: categorias, manejo e legislação. Vigilância ambiental: monitoramento de fatores biológicos e ambientais. Zoologia: morfologia, fisiologia, sistemática e ecologia animal. Zoonoses: agentes etiológicos, prevenção e controle.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Administração tributária municipal: estrutura, competências e atribuições do Fisco Municipal. Base de cálculo, alíquotas e lançamento tributário no âmbito dos tributos municipais. Cadastro fiscal municipal: inscrição, atualização, baixa e fiscalização. Capacidade tributária ativa e competência tributária dos entes federativos. Crédito tributário: constituição, suspensão, extinção e exclusão. Decadência e prescrição tributárias: prazos, contagem e causas interruptivas. Direito Financeiro aplicado aos Municípios: receitas públicas e orçamento. Direito Tributário Constitucional: princípios constitucionais tributários. Fiscalização tributária: procedimentos, poderes, deveres e limites legais. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU): fato gerador, base de cálculo, lançamento e isenções. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): fato gerador, contribuintes, local da incidência e alíquotas. Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): hipóteses de incidência, base de cálculo e imunidades. Infrações e penalidades tributárias: multas, juros e sanções administrativas. Isenções, imunidades e incentivos fiscais no âmbito municipal. Legislação tributária municipal: leis, decretos, regulamentos e atos normativos. Lançamento tributário: modalidades, revisão e anulação. Obrigação tributária principal e acessória: conceitos e consequências do descumprimento. Parcelamento de débitos tributários: requisitos, efeitos e rescisão. Processo administrativo tributário municipal: defesa, recursos e julgamento. Responsabilidade tributária: substituição, solidariedade e sucessão. Restituição e compensação de tributos no âmbito municipal. Sistema Tributário Nacional: estrutura e repartição de competências. Taxas municipais: espécies, fato gerador e limites constitucionais. Tecnologia da informação aplicada à fiscalização tributária: sistemas, cruzamento de dados e auditoria eletrônica. Tributos municipais: espécies, características e limites legais. Valor venal do imóvel: critérios de avaliação e atualização para fins tributários. Vícios do lançamento tributário: nulidades e efeitos jurídicos. Vigilância e inteligência fiscal: prevenção e combate à evasão tributária. Zona urbana e rural para fins tributários: critérios legais e impactos no IPTU e ITR. Ética, deveres e responsabilidade funcional do Fiscal de Tributos no exercício do cargo.

DISCIPLINA “GESTÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública (Lei nº 12.527/2011 – LAI). Atos administrativos: conceitos, atributos, espécies e invalidação. Controle da Administração Pública: controle interno, externo e social. Ética no serviço público e códigos de conduta do servidor. Gestão de processos administrativos e fluxo documental. Gestão de pessoas no setor público: direitos, deveres e responsabilidades. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Organização da Administração Pública: direta, indireta, autarquias, fundações e empresas estatais. Planejamento e gestão pública: planos, programas e metas governamentais. Poderes da Administração Pública e uso do poder de polícia. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública.

CARGO: INSPETOR ESCOLAR.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Administração pública educacional: princípios, organização e gestão escolar. Avaliação educacional: sistemas, indicadores e uso pedagógico dos resultados. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos, implementação e fiscalização. Conselhos escolares e gestão democrática: atribuições e funcionamento. Controle, supervisão e inspeção escolar: fundamentos legais e práticas institucionais. Direito à educação: fundamentos constitucionais e legais. Diretrizes Curriculares Nacionais: organização e acompanhamento. Educação inclusiva: legislação, políticas públicas e práticas pedagógicas. Educação infantil: normas, organização e fiscalização. Educação integral e em tempo integral: concepções e políticas públicas. Educação especial: atendimento educacional especializado e normatização. Educação escolar indígena e quilombola: legislação e especificidades. Educação profissional e tecnológica: organização e regulação. Gestão democrática do ensino público: princípios e instrumentos legais. Legislação educacional: Constituição Federal, LDB e normas complementares. Planejamento educacional: planos, metas e monitoramento. Políticas públicas educacionais: formulação, implementação e avaliação. Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, acompanhamento e avaliação. Regimento escolar: elaboração, aplicação e fiscalização. Relações interpessoais e mediação de conflitos no ambiente escolar. Sistema Municipal de Ensino: organização, competências e atribuições. Supervisão pedagógica: conceitos, métodos e instrumentos. Transporte escolar: normatização, fiscalização e segurança. Validação, reconhecimento e autorização de instituições de ensino. Valorização dos profissionais da educação: carreira, formação e direitos. Avaliação institucional: processos internos e externos. Direitos da criança e do adolescente na educação: Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação de Jovens e Adultos (EJA): legislação, organização e fiscalização. Financiamento da educação: FUNDEB, aplicação de recursos e controle social. Inspeção escolar e atos administrativos: pareceres, relatórios e processos administrativos.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: INTÉRPRETE DE LIBRAS.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Libras (Língua Brasileira de Sinais). Acessibilidade comunicacional: conceitos, práticas e legislação aplicada. Aspectos culturais da comunidade surda: identidade, valores e diversidade. Bilinguismo e educação de surdos: Libras e Língua Portuguesa. Classificadores em Libras: tipos, usos e funções discursivas. Código de ética do tradutor e intérprete de Libras. Competência tradutória e interpretativa: técnicas e estratégias. Comunicação inclusiva no serviço público: práticas e desafios. Direitos linguísticos da pessoa surda: fundamentos legais e sociais. Educação inclusiva: políticas públicas e atuação do intérprete. Expressões faciais e corporais em Libras: funções gramaticais e discursivas. Formação histórica da Libras e influências linguísticas. Gramática da Libras: fonologia, morfologia e sintaxe. Interpretação consecutiva e simultânea em Libras. Libras no contexto educacional: atuação em diferentes níveis de ensino. Legislação sobre Libras: Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005. Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. Modalidades de tradução e interpretação: Libras–Português e Português–Libras. Neologismos e variação linguística em Libras. Notação e registro da Libras: sistemas de escrita e transcrição. Pragmática e discurso em Libras. Processos cognitivos na tradução e interpretação. Recursos tecnológicos de apoio à interpretação em Libras. Terminologia técnica e vocabulário especializado em Libras. Tradução e interpretação em contextos institucionais e jurídicos. Tradução e interpretação em contextos da saúde e assistência social. Tradução e interpretação educacional: planejamento e avaliação. Uso do espaço e referência espacial em Libras. Variação regional e sociolinguística da Libras. Visibilidade, apontamento e concordância verbal em Libras. Ética profissional e responsabilidade do intérprete de Libras no serviço público.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da

CARGO: MÉDICO PSF.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Abordagem clínica das anemias na Atenção Primária. Abordagem clínica das doenças da tireoide: hipotireoidismo e hipertireoidismo. Abordagem clínica do paciente com dor aguda e crônica. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Atenção clínica à saúde da mulher: pré-natal de baixo risco, puerpério e climatério. Atenção clínica à saúde do idoso: síndromes geriátricas. Atenção integral às doenças respiratórias: asma e DPOC. Atenção integral às doenças cardiovasculares: hipertensão arterial e insuficiência cardíaca. Atenção integral às doenças infecciosas prevalentes na Atenção Primária. Avaliação clínica e manejo das cefaleias. Avaliação clínica e manejo das doenças gastrointestinais mais frequentes. Avaliação clínica e manejo das doenças osteomusculares. Avaliação e manejo clínico do diabetes mellitus. Avaliação e manejo das dislipidemias. Diagnóstico clínico e manejo das infecções do trato urinário. Diagnóstico diferencial das síndromes febris. Emergências clínicas mais comuns na Atenção Primária. Exame físico completo e interpretação de achados clínicos. Interpretação básica de exames laboratoriais e complementares. Manejo clínico da obesidade e do sobrepeso. Manejo clínico das doenças dermatológicas prevalentes. Manejo clínico das doenças sexualmente transmissíveis. Manejo clínico dos transtornos mentais comuns: ansiedade e depressão. Prescrição racional e segura de medicamentos. Prevenção clínica e rastreamento de doenças na prática médica. Saúde da criança: doenças prevalentes na infância. Saúde do homem: abordagem clínica das principais queixas. Síndromes geriátricas: quedas, demência e incontinência. Urgências clínicas: abordagem inicial e estabilização. Vacinação: indicações clínicas, contraindicações e manejo de eventos adversos.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

CARGO: NUTRICIONISTA EDUCACIONAL.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Adequação nutricional de cardápios escolares para diferentes faixas etárias. Alimentação saudável na infância e adolescência: fundamentos e práticas. Análise e interpretação de rótulos de alimentos utilizados na alimentação escolar. Avaliação antropométrica de escolares: métodos, indicadores e interpretação. Boas práticas de manipulação de alimentos em unidades de alimentação escolar. Controle higiênico-sanitário na produção e distribuição de refeições escolares. Cálculo e adequação de porções na alimentação escolar. Cálculo do valor nutricional de preparações do cardápio escolar. Desenvolvimento de cardápios para necessidades alimentares especiais no ambiente escolar. Educação alimentar e nutricional no contexto escolar. Elaboração e padronização de fichas técnicas de preparações. Gestão da qualidade dos alimentos na alimentação escolar. Gestão do estoque e controle de validade de gêneros alimentícios. Higiene pessoal e ambiental em cozinhas escolares. Monitoramento do estado nutricional de escolares. Necessidades nutricionais nas diferentes fases do crescimento e desenvolvimento. Nutrição aplicada à prevenção da obesidade infantil. Nutrição aplicada às deficiências nutricionais mais prevalentes em escolares. Nutrição escolar para alunos com restrições alimentares: alergias e intolerâncias. Planejamento de compras de alimentos para a alimentação escolar. Planejamento de cardápios com alimentos regionais e da agricultura familiar. Prevenção de doenças transmitidas por alimentos no ambiente escolar. Promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. Segurança alimentar e nutricional no contexto da escola pública. Sustentabilidade e redução do desperdício de alimentos na alimentação escolar. Técnicas dietéticas aplicadas às preparações escolares. Treinamento de manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino. Uso de indicadores de qualidade na alimentação escolar. Vigilância alimentar e nutricional de escolares. Vitaminas e minerais: funções, fontes e aplicações na alimentação escolar.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção

e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

CARGO: PROFESSOR DE ARTES.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Apreciação estética e leitura de imagens. Artes cênicas: fundamentos do teatro na escola. Artes visuais: desenho, pintura, escultura e gravura. Arte contemporânea: conceitos, linguagens e artistas. Arte e cultura popular brasileira. Arte e identidade cultural. Arte indígena e afro-brasileira. Arte medieval, renascentista e barroca. Arte moderna: movimentos e principais artistas. Arte na Educação Infantil e nos anos iniciais. Arte na Pré-História e na Antiguidade. Arte, mídia e tecnologias digitais. Dança: expressão corporal e movimento. Elementos da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor e textura. Estética e filosofia da arte. História da arte ocidental. História da música: períodos, estilos e gêneros. Leitura, interpretação e produção artística. Metodologias de ensino da Arte. Música: elementos sonoros e práticas musicais. Patrimônio cultural material e imaterial. Processos de criação artística. Produção artística em contextos escolares. Projetos interdisciplinares em Arte. Técnicas e materiais artísticos. Teoria das cores. Teatro: jogos teatrais e improvisação. Variações e linguagens artísticas. Avaliação da aprendizagem em Arte. Arte e cidadania.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais. Altas habilidades e superdotação: identificação e atendimento educacional. Avaliação funcional e pedagógica no AEE. Barreiras à aprendizagem e à participação. Comunicação alternativa e aumentativa. Desenvolvimento cognitivo atípico. Desenvolvimento socioemocional de crianças com deficiência. Desenho universal para a aprendizagem (DUA). Educação inclusiva: fundamentos e práticas pedagógicas. Estratégias de intervenção para alunos com TDAH. Estratégias pedagógicas para alunos com TEA. Funções executivas e autorregulação na aprendizagem. Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Intervenção precoce no contexto educacional. Mediação pedagógica no AEE. Neurodesenvolvimento infantil e aprendizagem. Planejamento do Atendimento Educacional Especializado. Práticas pedagógicas inclusivas na sala de recursos multifuncionais. Processos de aprendizagem em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. Psicomotricidade e aprendizagem. Tecnologias assistivas no contexto educacional. Transtorno do espectro autista (TEA): características e implicações educacionais. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): características e implicações educacionais. Transtornos específicos da aprendizagem: dislexia, discalculia e disgrafia. Transtornos globais do desenvolvimento. Uso de recursos pedagógicos acessíveis. Avaliação e acompanhamento do progresso educacional no AEE. Vínculo, afetividade e aprendizagem em contextos inclusivos. Zona de desenvolvimento proximal e mediação em contextos de inclusão. Trabalho colaborativo entre AEE, sala regular e família.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do

desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Água: propriedades, estados físicos, ciclo da água e importância para a vida. Alimentação e nutrição: nutrientes, digestão e saúde. Astronomia básica: Sistema Solar, movimentos da Terra e fases da Lua. Atmosfera terrestre: composição, camadas e fenômenos climáticos. Biodiversidade: conceitos, níveis e conservação. Cadeias e teias alimentares: fluxo de energia e matéria. Célula: estrutura, tipos e funções. Classificação dos seres vivos: critérios e sistemas de classificação. Corpo humano: sistemas e funções. Ecologia: relações ecológicas e equilíbrio ambiental. Educação ambiental: sustentabilidade e preservação. Energia: formas, transformações e fontes renováveis e não renováveis. Evolução biológica: teorias e evidências. Genética básica: hereditariedade e variabilidade. História da ciência: principais descobertas e cientistas. Matéria e suas transformações: estados físicos e mudanças químicas. Método científico: observação, hipótese, experimentação e conclusão. Microrganismos: vírus, bactérias, fungos e protozoários. Reinos dos seres vivos: características gerais. Saúde e prevenção de doenças. Sistema digestório: estrutura e funcionamento. Sistema respiratório: estrutura e funcionamento. Sistema circulatório: estrutura e funcionamento. Sistema nervoso: estrutura e funcionamento. Sustentabilidade ambiental: práticas e desafios. Tecnologia e ciência: impactos no cotidiano. Terra e Universo: origem e características gerais. Transformações químicas: reações e aplicações cotidianas. Vida e ambiente: interação entre seres vivos e meio. Zoologia básica: grupos animais e características.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Aprendizagem motora: fases, princípios e aplicações pedagógicas. Atividades rítmicas e expressivas: dança e expressão corporal. Avaliação em Educação Física escolar: critérios e instrumentos. Brincadeiras e jogos tradicionais na Educação Física. Capacidades físicas: força, resistência, flexibilidade, agilidade e velocidade. Cinesiologia aplicada à Educação Física escolar. Crescimento e desenvolvimento motor na infância e adolescência. Cultura corporal de movimento. Educação Física adaptada e inclusiva. Educação Física e promoção da saúde. Educação Física na Educação Infantil. Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental. Educação Física no Ensino Médio. Esportes coletivos: fundamentos técnicos e táticos. Esportes individuais: fundamentos e metodologias de ensino. Ginástica: geral, artística e de condicionamento físico. Jogos cooperativos e competitivos. Lazer e atividades recreativas no contexto escolar. Metodologias de ensino da Educação Física. Planejamento e organização das aulas de Educação Física. Psicomotricidade e desenvolvimento global da criança. Regras, ética e fair play nas práticas corporais. Saúde, atividade física e qualidade de vida. Segurança e prevenção de acidentes nas aulas de Educação Física. Treinamento físico escolar: princípios básicos e adaptações. Valores, cidadania e Educação Física escolar. Voleibol, basquetebol, handebol e futsal: fundamentos e regras. Avaliação do desempenho motor e físico no contexto escolar. Atividades físicas para diferentes faixas etárias.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO 1 AO 5 ANO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Alfabetização e letramento: concepções, métodos e práticas pedagógicas. Avaliação da aprendizagem nos anos iniciais: instrumentos e critérios. Avaliação diagnóstica e formativa na Educação Infantil e nos anos iniciais. Brincadeiras e jogos educativos como estratégias de aprendizagem. Campos de experiência da Educação Infantil. Construção do número e do pensamento lógico-matemático. Desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Desenvolvimento socioemocional da criança. Educação inclusiva nos anos iniciais. Ensino de Ciências nos anos iniciais: investigação e experimentação. Ensino de Geografia nos anos iniciais: espaço, lugar e território. Ensino de História nos anos iniciais: tempo, memória e identidade. Ensino de Matemática nos anos iniciais: resolução de problemas. Ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais: leitura, escrita e oralidade. Educação infantil: princípios, objetivos e práticas pedagógicas. Gestão da sala de aula nos anos iniciais. Ludicidade e aprendizagem na infância. Metodologias ativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento pedagógico na Educação Infantil e nos anos iniciais. Práticas de leitura e formação do leitor. Processo de alfabetização matemática. Produção textual nos anos iniciais. Psicomotricidade e desenvolvimento infantil. Relação família–escola no processo educativo. Rotinas pedagógicas na Educação Infantil. Sequências didáticas nos anos iniciais. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento infantil. Trabalho com projetos pedagógicos nos anos iniciais. Uso de recursos didáticos e tecnologias educacionais. Valores, ética e cidadania na Educação Infantil e nos anos iniciais.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Agropecuária brasileira: estrutura fundiária, produção e impactos socioambientais. Cartografia: escalas, projeções cartográficas e leitura de mapas. Clima e tempo: elementos, fatores e dinâmica climática. Climatologia brasileira: tipos de clima e variabilidade climática. Demografia: crescimento populacional, estrutura etária e mobilidade. Desigualdades socioespaciais no Brasil e no mundo. Espaço geográfico: conceitos, categorias e transformações. Geografia agrária: uso do solo, modernização agrícola e conflitos. Geografia da população: distribuição, densidade e dinâmica populacional. Geografia econômica: setores da economia e organização do espaço. Geografia política: território, Estado, nação e geopolítica. Geopolítica mundial contemporânea. Globalização: fluxos, redes e impactos territoriais. Hidrografia: bacias hidrográficas, rios e recursos hídricos. Industrialização: processos, localização industrial e impactos. Meio ambiente e sustentabilidade: desafios contemporâneos. Migrações: causas, tipos e consequências socioespaciais. Movimentos da Terra e suas consequências geográficas. Paisagens naturais e humanizadas. Recursos naturais: exploração, conservação e gestão. Regionalização do Brasil: critérios e características. Relevo: agentes formadores e tipos de relevo. Relações campo-cidade: urbanização e ruralidades. Sensoriamento remoto e geotecnologias aplicadas ao ensino de Geografia. Sistema capitalista e organização do espaço mundial. Sistemas econômicos e modelos de desenvolvimento. Urbanização brasileira: crescimento urbano e problemas urbanos. Uso e ocupação do solo urbano e rural. Vegetação e biomas brasileiros. Zonas climáticas da Terra.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Antiguidade Oriental: Mesopotâmia, Egito, Fenícia, Hebreus e Persas. Antiguidade Clássica: Grécia Antiga e Roma Antiga. Brasil Colônia: administração, economia e sociedade. Brasil Império: organização política, economia e sociedade. Brasil República: da Primeira República à contemporaneidade. Colonialismo e imperialismo europeu no século XIX. Cultura e sociedade na Idade Média. Ditaduras latino-americanas no século XX. Expansão marítima europeia e o início da modernidade. Feudalismo: estrutura política, econômica e social. Guerra Fria: conflitos, ideologias e geopolítica. História da África: sociedades africanas, colonialismo e descolonização. História da América: colonização, independências e formação dos Estados nacionais. História indígena e afro-brasileira: resistência, cultura e contribuições. História política do Brasil no século XX. História social e do trabalho. Iluminismo: ideias, autores e impactos históricos. Industrialização e capitalismo: origens e transformações. Movimentos sociais e populares ao longo da história. Primeira Guerra Mundial: causas, desdobramentos e consequências. Reformas religiosas: Reforma Protestante e Contrarreforma. Revoluções burguesas: Inglesa, Americana e Francesa. Revolução Russa e o socialismo no século XX. Segunda Guerra Mundial: causas, conflitos e consequências. Sociedades pré-colombianas: Maias, Astecas e Incas. Totalitarismos: fascismo, nazismo e stalinismo. Transição do feudalismo para o capitalismo. Tráfico atlântico e escravidão africana nas Américas. Trabalho historiográfico: fontes, métodos e interpretação histórica. Unificação da Itália e da Alemanha.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Adjetivos: graus comparativo e superlativo. Advérbios: formação, classificação e uso. Artigos definidos e indefinidos: uso e omissões. Conectores discursivos: coesão e coerência em textos em língua inglesa. Discurso direto e indireto (reported speech). Estrutura da frase em língua inglesa: ordem das palavras e ênfase. Formação de palavras (word formation): prefixos e sufixos. Futuro em inglês: will, going to e present continuous. Gêneros textuais em língua inglesa: estrutura e finalidade comunicativa. Imperativo: usos e formas. Interpretação e compreensão de textos em língua inglesa. Léxico e vocabulário: campos semânticos e collocations. Modal verbs: usos, significados e nuances semânticas. Números, datas e horas em língua inglesa. Passiva (passive voice): formação e uso. Phonetics and phonology: sons, acentuação e entonação. Phrasal verbs: significado e uso em contexto. Pronomes: pessoais, possessivos, reflexivos e relativos. Question forms: wh-questions e yes/no questions. Reading strategies: skimming, scanning e leitura crítica. Simple present: usos, formação e advérbios de frequência. Simple past: verbos regulares e irregulares. Textual cohesion devices: reference, substitution, ellipsis e conjunction. Text types: narrative, descriptive, argumentative and instructional texts. Uso de preposições: tempo, lugar e movimento. Uso dos tempos verbais contínuos (continuous tenses). Uso dos tempos verbais perfeitos (perfect tenses). Variação linguística e registros da língua inglesa. Verbos auxiliares: be, do e have. Writing skills: produção de textos em língua inglesa.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Acentuação gráfica: regras gerais e casos especiais. Análise sintática do período simples: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Análise sintática do período composto: coordenação e subordinação. Coesão e coerência textuais. Concordância nominal: regras gerais e casos especiais. Concordância verbal: regras gerais e casos especiais. Crase: regras de uso obrigatório, facultativo e proibido. Discurso direto, indireto e indireto livre. Figuras de linguagem: classificação e efeitos de sentido. Fonologia: fonemas, encontros vocálicos, dígrafos e prosódia. Gêneros textuais: estrutura, função social e tipologia. Interpretação e compreensão de textos: inferências e leitura crítica. Linguagem, língua e fala: conceitos e variação linguística. Morfologia: estrutura, formação e classes de palavras. Ortografia oficial da língua portuguesa. Pontuação: regras, funções e efeitos de sentido. Pragmática e efeitos de sentido no texto. Processos de formação de palavras. Produção textual: planejamento, coesão, coerência e reescrita. Regência nominal: usos e casos especiais. Regência verbal: usos e casos especiais. Semântica: sinonímia, antonímia, polissemia e ambiguidade. Sintaxe de colocação pronominal. Sintaxe de tempos e modos verbais. Tipologia textual: narração, descrição, dissertação e injunção. Uso dos pronomes: emprego e valores semânticos. Uso dos tempos verbais: valores e correlação temporal. Variação linguística e norma-padrão. Vozes verbais: ativa, passiva e reflexiva. Elementos da textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Análise combinatória: princípios de contagem, arranjos, combinações e permutações. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis e fatoração. Álgebra linear básica: sistemas lineares, matrizes e determinantes. Aritmética: divisibilidade, números primos, MMC e MDC. Estatística: medidas de tendência central, dispersão e interpretação de dados. Função afim: definição, propriedades e representação gráfica. Função exponencial: propriedades, gráficos e aplicações. Função logarítmica: definição, propriedades e aplicações. Função modular: definição, gráficos e resolução de equações. Função quadrática: estudo completo, gráfico e aplicações. Geometria analítica: ponto, reta, circunferência e distância entre pontos. Geometria espacial: prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. Geometria plana: polígonos, áreas, perímetros e propriedades métricas. Inequações: resolução algébrica e interpretação gráfica. Juros simples e compostos: aplicações em matemática financeira. Limites e noções introdutórias de cálculo. Logaritmos: propriedades operatórias e mudança de base. Matemática financeira: porcentagem, descontos e acréscimos. Probabilidade: conceitos básicos, eventos e cálculo de probabilidades. Progressões aritméticas: termos, propriedades e aplicações. Progressões geométricas: termos, propriedades e aplicações. Razões e proporções: aplicações em problemas contextualizados. Resolução de problemas matemáticos: estratégias e modelagem. Sistemas de equações: métodos algébricos e gráficos. Teorema de Tales: aplicações e demonstrações. Teorema de Pitágoras: aplicações e generalizações. Trigonometria no triângulo retângulo: razões trigonométricas. Trigonometria no círculo trigonométrico: funções seno, cosseno e tangente. Vetores no plano: operações e aplicações geométricas. Volume e área de sólidos geométricos.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS” (20 QUESTÕES): Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa e por competências. Bases psicológicas da aprendizagem: teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Competências socioemocionais e desenvolvimento integral do estudante. Currículo escolar: organização, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Didática e planejamento pedagógico: planos de aula, sequências didáticas e projetos. Educação inclusiva e atendimento à diversidade na sala de aula. Gestão da sala de aula e mediação de conflitos no ambiente escolar. Metodologias ativas de aprendizagem (aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida). Neuroeducação e processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Práticas pedagógicas e uso de tecnologias digitais na educação básica. Processos de ensino e aprendizagem na educação básica. Psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente. Relação professor-aluno e clima escolar. Saberes docentes e identidade profissional do professor. Transtornos, dificuldades e estilos de aprendizagem no contexto escolar.

CARGO: PSICÓLOGO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Abordagens psicoterapêuticas contemporâneas: fundamentos teóricos e técnicos. Avaliação psicológica: princípios, métodos, instrumentos e interpretação de resultados. Bases neurobiológicas do comportamento humano. Desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Diagnóstico diferencial em psicopatologia. Ética profissional em Psicologia: princípios, responsabilidades e sigilo. Entrevista psicológica: técnicas, tipos e finalidades. Epidemiologia dos transtornos mentais. Estrutura e funcionamento da personalidade. Fundamentos da Psicologia Cognitiva. Fundamentos da Psicologia Comportamental e Analítico-Comportamental. Fundamentos da Psicologia Humanista e Fenomenológica. Fundamentos da Psicologia Psicanalítica. Intervenções psicológicas individuais e em grupo. Mecanismos de defesa do ego. Neuropsicologia: avaliação e reabilitação cognitiva. Processos psicológicos básicos: percepção, atenção, memória, linguagem e pensamento. Psicodiagnóstico: etapas, técnicas e elaboração de laudos e pareceres. Psicologia da aprendizagem. Psicologia da saúde: relação mente–corpo e adesão ao tratamento. Psicologia do desenvolvimento infantil. Psicologia social: grupos, identidade, relações interpessoais e processos sociais. Psicopatologia geral e clínica. Psicoterapia breve e focal. Psicoterapia infantil, do adolescente, do adulto e do idoso. Saúde mental e transtornos mentais comuns. Técnicas de intervenção em crises psicológicas. Teorias da motivação e emoção. Testes psicológicos: critérios de validade, fidedignidade e uso ético. Transtornos do neurodesenvolvimento.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

CARGO: PSICÓLOGO EDUCACIONAL.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Abordagens psicoterapêuticas contemporâneas: fundamentos teóricos e técnicos. Avaliação psicológica: princípios, métodos, instrumentos e interpretação de resultados. Bases neurobiológicas do comportamento humano. Desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Diagnóstico diferencial em psicopatologia. Ética profissional em Psicologia: princípios, responsabilidades e sigilo. Entrevista psicológica: técnicas, tipos e finalidades. Epidemiologia dos transtornos mentais. Estrutura e funcionamento da personalidade. Fundamentos da Psicologia Cognitiva. Fundamentos da Psicologia Comportamental e Analítico-Comportamental. Fundamentos da Psicologia Humanista e Fenomenológica. Fundamentos da Psicologia Psicanalítica. Intervenções psicológicas individuais e em grupo. Mecanismos de defesa do ego. Neuropsicologia: avaliação e reabilitação cognitiva. Processos psicológicos básicos: percepção, atenção, memória, linguagem e pensamento. Psicodiagnóstico: etapas, técnicas e elaboração de laudos e pareceres. Psicologia da aprendizagem. Psicologia da saúde: relação mente–corpo e adesão ao tratamento. Psicologia do desenvolvimento infantil. Psicologia social: grupos, identidade, relações interpessoais e processos sociais. Psicopatologia geral e clínica. Psicoterapia breve e focal. Psicoterapia infantil, do adolescente, do adulto e do idoso. Saúde mental e transtornos mentais comuns. Técnicas de intervenção em crises psicológicas. Teorias da motivação e emoção. Testes psicológicos: critérios de validade, fidedignidade e uso ético. Transtornos do neurodesenvolvimento.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Avaliação psicopedagógica institucional: diagnóstico e intervenção no contexto escolar. Avaliação psicopedagógica clínica: procedimentos, instrumentos e interpretação. Bases neurobiológicas da aprendizagem. Concepções de aprendizagem: comportamental, cognitivista, construtivista e sociointeracionista. Dificuldades de aprendizagem: identificação, avaliação e intervenção. Distúrbios e transtornos de aprendizagem: critérios e diferenciação diagnóstica. Educação inclusiva e psicopedagogia. Estratégias psicopedagógicas para alfabetização e letramento. Estratégias psicopedagógicas para dificuldades em leitura e escrita. Estratégias psicopedagógicas para dificuldades em matemática. Estudos de caso em psicopedagogia educacional. Ética profissional em psicopedagogia. Funções executivas e aprendizagem. Intervenção psicopedagógica individual e grupal. Jogos, ludicidade e aprendizagem. Motivação, afetividade e aprendizagem. Neuropsicopedagogia: fundamentos e aplicações educacionais. Processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Psicopedagogia institucional: atuação, objetivos e práticas. Psicopedagogia preventiva no contexto escolar. Relação família–escola no processo de aprendizagem. Resolução de problemas e pensamento lógico-matemático. Teorias do desenvolvimento cognitivo. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e implicações na aprendizagem. Transtornos específicos da aprendizagem: dislexia, discalculia e disgrafia. Transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem escolar. Uso de instrumentos psicopedagógicos de avaliação. Uso de tecnologias educacionais na intervenção psicopedagógica. Vínculo, subjetividade e aprendizagem. Zona de desenvolvimento proximal e mediação pedagógica.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: ZOOTECNISTA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Avaliação e controle da qualidade de alimentos para animais. Bem-estar animal: princípios, indicadores e legislação aplicável. Bioclimatologia aplicada à produção animal. Bioestatística aplicada à zootecnia. Bovinocultura de corte: sistemas de produção e manejo. Bovinocultura de leite: manejo, sanidade e produtividade. Caprinocultura e ovinocultura: sistemas de produção e manejo. Conservação de forragens: fenação, silagem e manejo de pastagens. Controle reprodutivo e biotecnologias da reprodução animal. Ética profissional e responsabilidade técnica em zootecnia. Formulação de rações e balanceamento nutricional. Gestão e planejamento de sistemas de produção animal. Melhoramento genético animal: princípios e aplicações. Manejo alimentar em diferentes fases produtivas. Manejo de resíduos e sustentabilidade na produção animal. Manejo e conservação do solo em áreas de pastagem. Manejo sanitário e profilaxia em rebanhos. Nutrição animal: metabolismo de nutrientes e exigências nutricionais. Piscicultura: sistemas de produção e manejo. Produção de aves: frangos de corte e poedeiras. Produção de suínos: sistemas de criação e manejo. Qualidade da carne e dos produtos de origem animal. Reprodução animal: fisiologia e manejo reprodutivo. Sistemas de produção animal sustentáveis. Tecnologias aplicadas à produção animal. Tipificação e classificação de carcaças. Uso de aditivos e suplementos na alimentação animal. Zootecnia de precisão: ferramentas e aplicações. Zootecnia geral: fundamentos e áreas de atuação. Zoonoses e saúde pública relacionadas à produção animal.

DISCIPLINA “SAÚDE PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado (arts. 196 a 200). Controle social no SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. Financiamento da saúde pública: fontes de recursos e aplicação mínima constitucional. Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal: competências e responsabilidades. Humanização da atenção e da gestão no SUS (Política Nacional de Humanização). Indicadores de saúde, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e financiamento do SUS. Planejamento em saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Políticas nacionais prioritárias de saúde (saúde da mulher, da criança, do idoso e saúde mental). Rede de Atenção à Saúde (RAS) e regionalização da assistência. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

II.D – DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO (40 QUESTÕES).

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Administração de arquivos físicos e digitais. Administração pública municipal: organização e funcionamento. Atendimento ao público e comunicação institucional. Classificação, tramitação e controle de documentos oficiais. Compras públicas: noções operacionais e rotinas administrativas. Comunicação escrita oficial: clareza, objetividade e padronização. Controle de estoque e almoxarifado. Controle e organização de agendas administrativas. Correspondências oficiais: recebimento, registro e expedição. Elaboração de atas, memorandos, ofícios e relatórios administrativos. Ética no serviço público e conduta profissional. Ferramentas de escritório: editores de texto, planilhas e apresentações. Gestão de arquivos eletrônicos e protocolos digitais. Gestão de contratos administrativos: acompanhamento e registros. Gestão do tempo e organização do trabalho administrativo. Noções de administração financeira e orçamentária. Noções de recursos humanos: registros, frequência e benefícios. Organização de processos administrativos. Organização e controle de arquivos permanentes, intermediários e correntes. Planejamento e controle de rotinas administrativas. Redação oficial aplicada à administração pública. Registro, controle e acompanhamento de processos administrativos. Rotinas de protocolo e arquivamento. Segurança da informação e sigilo funcional. Sistemas informatizados da administração pública. Técnicas de atendimento ao cidadão. Técnicas de organização e métodos administrativos. Tramitação de processos administrativos. Uso de sistemas eletrônicos de gestão pública. Workflow administrativo e padronização de procedimentos.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CARGO: AUXILIAR DE SALA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Acolhimento e adaptação escolar de crianças e adolescentes. Acompanhamento pedagógico em sala de aula. Apoio à inclusão escolar de estudantes com deficiência. Apoio às atividades pedagógicas em diferentes disciplinas. Aspectos do desenvolvimento infantil e juvenil. Atendimento a estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento. Comunicação alternativa e aumentativa no contexto escolar. Conduta ética, postura profissional e sigilo de informações. Cuidados básicos com higiene, alimentação e bem-estar dos estudantes. Desenvolvimento socioemocional e habilidades sociais. Dificuldades de aprendizagem e estratégias de apoio. Educação inclusiva e práticas pedagógicas acessíveis. Estratégias de mediação de conflitos no ambiente escolar. Estratégias de suporte a estudantes com TEA, TDAH e outras condições atípicas. Estímulo à autonomia e à independência dos estudantes. Organização e apoio às rotinas escolares. Participação no planejamento e execução de atividades pedagógicas. Primeiros socorros no ambiente escolar. Promoção de ambientes seguros, acolhedores e inclusivos. Rotinas de acompanhamento em educação infantil. Rotinas de apoio pedagógico no ensino fundamental I e II. Suporte à alfabetização e ao letramento. Técnicas de observação e registro do desenvolvimento dos estudantes. Trabalho colaborativo com professores e equipe pedagógica. Uso de recursos pedagógicos adaptados e materiais acessíveis. Uso responsável de tecnologias educacionais em sala de aula. Zelo pelo ambiente escolar e pelos materiais didáticos. Noções de gestão do comportamento em sala de aula. Noções de psicomotricidade e estimulação cognitiva. Respeito à diversidade cultural, social e individual no contexto escolar.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: FISCAL DE OBRAS.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Acessibilidade em edificações e espaços urbanos. Análise e interpretação de projetos arquitetônicos e estruturais. Aplicação do Código de Obras e Edificações Municipal. Avaliação de conformidade de obras com alvarás e licenças. Controle e fiscalização de obras públicas e privadas. Elaboração de autos de infração, notificações e relatórios técnicos. Embargo, interdição e demolição de obras irregulares. Execução e fiscalização de obras de infraestrutura urbana. Fiscalização de obras em áreas de preservação ambiental e zonas especiais. Fiscalização de segurança do trabalho em canteiros de obras. Fiscalização do uso e ocupação do solo urbano. Fiscalização

e controle de resíduos da construção civil. Interpretação de normas técnicas aplicáveis à construção civil. Leitura e interpretação de cronogramas físicos e financeiros. Materiais de construção civil: especificações e aplicações. Noções de engenharia de tráfego aplicadas a obras urbanas. Noções de engenharia sanitária e drenagem urbana. Noções de geotecnia e estabilidade de solos. Noções de licenciamento urbanístico e ambiental. Noções de patologia das construções. Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável. Procedimentos administrativos de fiscalização municipal. Responsabilidade técnica e atuação do responsável legal pela obra. Segurança estrutural e prevenção de riscos em edificações. Sistema viário urbano e obras de pavimentação. Técnicas de medição, vistoria e inspeção de obras. Tecnologias e métodos construtivos contemporâneos. Topografia básica aplicada à fiscalização de obras. Uso de instrumentos e equipamentos de fiscalização. Vistorias técnicas para emissão de habite-se e certidões.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Arquivo escolar: organização, guarda, preservação e descarte documental. Atendimento ao público no ambiente escolar e comunicação institucional. Avaliação, registro e controle da vida escolar do aluno. Calendário escolar: elaboração, controle e cumprimento da carga horária legal. Censo Escolar: preenchimento, conferência e envio de dados ao INEP. Certificação, expedição e validação de históricos, declarações e diplomas. Classificação, reclassificação e progressão escolar. Conselho de classe: registros, atas e procedimentos administrativos. Controle de frequência escolar e registro de faltas. Documentação escolar obrigatória e prazos legais. Educação inclusiva: registros e adaptações administrativas para alunos com necessidades especiais. Ética profissional, sigilo e proteção de dados educacionais. Gestão de arquivos digitais e sistemas informatizados escolares. Gestão de matrícula, rematrícula, transferência e cancelamento. Legislação educacional aplicada à secretaria escolar. Lançamento, conferência e fechamento de diários de classe. Normas para regularização da vida escolar. Organização administrativa da unidade escolar. Planejamento e controle de processos administrativos escolares. Procedimentos para alunos com pendências documentais. Processos de avaliação institucional e prestação de informações oficiais. Protocolos oficiais, elaboração de ofícios e registros formais. Regimento escolar: aplicação e interpretação prática. Responsabilidade administrativa da secretaria escolar. Rotinas administrativas da secretaria escolar. Sistema de ensino municipal, estadual e federal: articulação e competências. Sistema eletrônico de gestão escolar e bases de dados educacionais. Transparência administrativa e prestação de contas na escola pública. Tramitação de processos administrativos no âmbito da educação. Vida escolar do aluno: acompanhamento, registros e histórico acadêmico.

DISCIPLINA “EDUCAÇÃO PÚBLICA” (20 QUESTÕES): Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações. Dimensões da Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e financeira. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Etapas e modalidades da Educação Básica. Órgãos colegiados e mecanismos de democratização da gestão escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). DECRETO Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). BNCC – Competência Geral de Cultura Digital. Lei do Novo FUNDEB (Lei Federal nº 14.113/2020).

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA / AGROPECUÁRIO.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Adubação orgânica e mineral: tipos, dosagens e aplicação no campo. Agroecologia e práticas sustentáveis na produção agropecuária. Análise e interpretação de solo e recomendações de manejo. Boas práticas agropecuárias e segurança no trabalho rural. Controle integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Conservação do solo e da água em áreas agrícolas. Criação e manejo de bovinos de corte e leite. Culturas anuais: preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita. Culturas perenes: implantação, condução e manejo. Defensivos agrícolas: classificação, uso correto, armazenamento e legislação aplicada. Diagnóstico de pragas, doenças e deficiências nutricionais em plantas. Extensão rural e assistência técnica ao produtor. Forragicultura e manejo de pastagens. Gestão da propriedade rural e controle de custos de produção. Irrigação e drenagem: métodos, manejo e eficiência hídrica. Legislação ambiental aplicada às atividades agropecuárias. Manejo e conservação de sementes e mudas. Manejo integrado de resíduos agropecuários. Mecanização agrícola: operação e manutenção básica de máquinas e implementos. Nutrição animal e formulação básica de rações. Olericultura: produção de hortaliças em pequena e média

escala. Planejamento agrícola e calendário de safras. Produção animal em sistemas familiares e comerciais. Produção vegetal em sistemas irrigados e de sequeiro. Sanidade animal e controle de doenças na produção pecuária. Sistemas agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta. Tecnologias de pós-colheita e armazenamento de produtos agrícolas. Topografia básica aplicada ao meio rural. Uso racional da água e preservação de recursos naturais. Zootecnia básica aplicada à produção agropecuária.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CARGO: TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Armazenamento, conservação e transporte de produtos agroindustriais. Boas práticas de fabricação (BPF) na agroindústria. Controle de qualidade físico-químico e microbiológico de alimentos. Custos de produção e viabilidade econômica na agroindústria. Embalagens para produtos agroindustriais: tipos, rotulagem e conservação. Gestão da qualidade e rastreabilidade de produtos agroindustriais. Higiene industrial e sanitização de ambientes, equipamentos e utensílios. Industrialização de carnes e produtos cárneos. Industrialização de frutas, hortaliças e derivados vegetais. Industrialização de grãos, cereais e oleaginosas. Industrialização de leite e derivados lácteos. Inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal. Legislação sanitária e ambiental aplicada à agroindústria. Manejo e tratamento de resíduos e efluentes agroindustriais. Microbiologia de alimentos aplicada à agroindústria. Operação e manutenção básica de máquinas e equipamentos agroindustriais. Padronização e controle de processos produtivos agroindustriais. Planejamento, organização e controle da produção agroindustrial. Processamento térmico e não térmico de alimentos. Segurança do trabalho na agroindústria. Tecnologias de conservação de alimentos (refrigeração, congelamento e secagem). Tecnologias de fermentação aplicadas a alimentos. Tecnologias de processamento de produtos artesanais e tradicionais. Tratamento e potabilidade da água utilizada na agroindústria. Validação de processos e controle de conformidade sanitária. Valorização de subprodutos e aproveitamento integral de matérias-primas. Vida de prateleira e estudos de shelf life de alimentos. Visitas técnicas, auditorias e fiscalização agroindustrial. Zoonoses e riscos biológicos associados à produção agroindustrial.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CARGO: TÉCNICO EM ESTRADAS.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Acompanhamento e fiscalização de obras viárias. Análise e interpretação de projetos geométricos de estradas. Avaliação de patologias em pavimentos flexíveis e rígidos. Bases, sub-bases e camadas estruturais de pavimentos. Compactação de solos e controle tecnológico. Controle de qualidade de materiais empregados em obras viárias. Drenagem superficial e profunda de rodovias e vias urbanas. Ensaio de laboratório aplicados a solos, agregados e asfaltos. Execução e manutenção de pavimentos asfálticos. Execução e manutenção de pavimentos de concreto. Execução de obras de terraplenagem. Geometria viária: traçado horizontal, vertical e seções transversais. Levantamentos topográficos aplicados à engenharia viária. Materiais betuminosos e ligantes asfálticos. Mecânica dos solos aplicada a obras rodoviárias. Normas técnicas do DNIT, ABNT e manuais rodoviários. Orçamento e medição de obras de estradas. Pavimentação urbana: vias, acessos e logradouros públicos. Planejamento, cronograma e controle de obras viárias. Procedimentos de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança. Projeto e execução de drenagem pluvial urbana. Reconhecimento e classificação de solos para uso rodoviário. Segurança do trabalho em obras de infraestrutura viária. Sistemas de contenção de encostas e taludes. Supervisão de equipes e gestão de frentes de serviço. Técnicas de conservação e manutenção de estradas vicinais. Tecnologias de pavimentação e reciclagem de pavimentos. Topografia aplicada à locação e acompanhamento de obras. Tráfego, capacidade viária e impacto do fluxo veicular. Uso de equipamentos e máquinas pesadas em obras viárias.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA.

DISCIPLINA “CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS” (20 QUESTÕES): Análise e diagnóstico de falhas em hardware de computadores. Arquitetura e funcionamento de computadores e notebooks. Atualização, configuração e manutenção de BIOS e UEFI. Backup, restauração e recuperação de dados em estações de trabalho. Configuração e manutenção de impressoras, scanners e multifuncionais. Configuração e solução de problemas em redes locais cabeadas e sem fio. Diagnóstico e correção de falhas em sistemas operacionais Windows e Linux. Eletricidade básica e segurança em manutenção de equipamentos de informática. Formatação, instalação e atualização de sistemas operacionais. Gerenciamento de drivers e compatibilidade de dispositivos. Identificação e substituição de componentes defeituosos (HD, SSD, memória, fonte). Instalação, configuração e atualização de softwares aplicativos. Instalação e manutenção de periféricos internos e externos. Manutenção corretiva e preventiva de computadores. Montagem, desmontagem e organização interna de computadores. Noções de redes TCP/IP aplicadas ao suporte técnico. Organização, padronização e documentação de ambientes de informática. Procedimentos de atendimento e suporte técnico ao usuário. Procedimentos de limpeza técnica e conservação de equipamentos. Proteção contra vírus, malware e outras ameaças digitais. Recuperação de sistemas e correção de erros de inicialização. Segurança da informação aplicada ao suporte técnico. Soluções de problemas em aplicativos de escritório. Substituição e manutenção de cabos, conectores e fontes de energia. Testes de desempenho e estabilidade de hardware. Tipos, funções e compatibilidade de periféricos de entrada e saída. Uso de ferramentas de diagnóstico e manutenção de computadores. Utilização de utilitários de sistema e softwares de manutenção. Versionamento e atualização de sistemas e aplicativos. Zeladoria, inventário e controle de equipamentos de informática.

DISCIPLINA “LEGISLAÇÃO” (20 QUESTÕES): Acesso à informação e transparência pública – Lei nº 12.527/2011 (LAI). Direitos fundamentais e garantias do servidor e cidadão – Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV. Direitos do usuário de serviços públicos – Lei nº 13.460/2017. Ética, moralidade e integridade na gestão pública – princípios constitucionais, responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021. Processo administrativo e direitos do administrado – Lei nº 9.784/1999. Princípios da Administração Pública – Constituição Federal, art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proteção de dados pessoais no serviço público – Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO.

EVENTOS	DATA / PERÍODO
Edital de abertura do concurso público nos sites https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129 e https://site.paodeacucar.al.gov.br	22/01/2026
Impugnação do edital do concurso público, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 22/01/2026 até 25/01/2026
Resultado da análise dos pedidos de impugnação do edital em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	13/02/2026
PERÍODO DE INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO, de envio da documentação comprobatória de deficiência declarada no ato da inscrição e de pedido de atendimento especial, por meio de formulário eletrônico de inscrição acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 22/01/2026 até 25/02/2026 e de 26/02/2026 às 15h00 até 05/03/2026
Solicitação de isenção de taxa de inscrição, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 22/01/2026 até 25/01/2026

EVENTOS	DATA / PERÍODO
Resultado preliminar dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição disponível de forma individual e privativa na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	03/02/2026
Recurso em face do resultado preliminar dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição, disponível na Área do Candidato, acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 03/02/2026 até 06/02/2026
Resultado definitivo dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição e das respostas aos recursos em face do resultado preliminar, disponível de forma individual e privativa na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	11/02/2026
ÚLTIMO DIA PARA IMPRESSÃO DO BOLETO em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129 e pagamento da taxa de inscrição	06/03/2026
Listagem de inscritos (Ampla Concorrência e PCD) e concorrência por cargo em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	05/03/2026
Disponibilização do Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI (contendo o local e o horário da prova objetiva do candidato) de forma individual e privativa na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	10/03/2026

HETEROIDENTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PARA AS VAGAS DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Listagem de candidatos habilitados para o procedimento de heteroidentificação em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	14/08/2026
Realização do procedimento de heteroidentificação , por meio de videochamada de acordo com as instruções comunicadas de modo individual e privativo na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	29/08/2026 e 03/09/2026
Divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação e da análise da documentação de habilitação dos candidatos que desejam concorrer às vagas de indígenas e quilombolas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	08/09/2026
Período de recurso contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação e da análise da documentação de habilitação dos candidatos que desejam concorrer às vagas de indígenas e quilombolas, por meio do formulário específico disponível na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 08/09/2026 até 10/09/2026
Divulgação do resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação e da análise da documentação de habilitação dos candidatos que desejam concorrer às vagas de indígenas e quilombolas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	Até 11/09/2026

PROVA OBJETIVA

REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	19/04/2026
Gabarito preliminar das provas objetivas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	20/04/2026
Recurso em face do gabarito preliminar das provas objetivas, por meio de formulário eletrônico acessível https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 21/04/2026 até 23/04/2026
Gabarito definitivo das provas objetivas e das respostas aos recursos interpostos em face do gabarito preliminar, em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	02/07/2026

EVENTOS	DATA / PERÍODO
Resultado preliminar das provas objetivas para todos os cargos em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	20/07/2026
Recurso em face do resultado preliminar das provas objetivas, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 21/07/2026 até 23/07/2026
Resultado definitivo das provas objetivas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129 e respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar na Área do Candidato	14/08/2026

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Lista de candidatos habilitados para a avaliação de títulos, disponível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	Até 09/09/2026
Envio dos documentos para a Avaliação de Títulos, por meio do site https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 10/09/2026 até 15/09/2026
Resultado preliminar da avaliação de títulos em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	24/09/2026
Recurso em face do resultado preliminar da avaliação de títulos, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 25/09/2026 até 27/09/2026
Resultado definitivo da avaliação de títulos, bem como das respostas aos recursos interpostos em face dos respectivos resultados preliminares em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	08/10/2026

AVALIAÇÃO DE APTIDÃO DOCENTE PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

Lista preliminar de candidatos habilitados para a avaliação docente, disponível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	02/11/2026
Recursos sobre a lista preliminar de candidatos habilitados para a avaliação docente, por meio do formulário específico disponível na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 03/11/2026 até 05/11/2026
Lista definitiva de candidatos habilitados para a avaliação docente, disponível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	09/11/2026
Realização da AVALIAÇÃO DE APTIDÃO DOCENTE em local e horário informado na Área do Candidato, em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 14/11/2026 até 15/11/2026
Resultado preliminar da Avaliação de Aptidão Docente em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	23/11/2026
Recurso em face do resultado preliminar da Avaliação de Aptidão Docente, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 24/11/2026 até 26/11/2026
Resultado definitivo da Avaliação de Aptidão Docente, bem como das respostas aos recursos interpostos (informadas de modo individual e privativo na Área do Candidato) em face dos respectivos resultados preliminares em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	04/12/2026

RESULTADO DEFINITIVO DO CONCURSO

EVENTOS	DATA / PERÍODO
Resultado preliminar do concurso para todos os cargos em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	08/12/2026
Recurso em face do resultado preliminar do concurso para todos os cargos por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129	De 09/12/2026 até 11/12/2026
Resultado definitivo do concurso para todos os cargos em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/129 e https://site.paodeacucar.al.gov.br , e respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar do concurso na Área do Candidato (informadas de modo individual e privativo)	15/12/2026